

Diário do Legislativo de 01/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 23ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 29/4/2010

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Weliton Prado - Almir Paraca - André Quintão - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/4/2010

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 3.501/2009, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Neste momento, buscamos acordo, tendo em vista as emendas que foram apresentadas no projeto que trata da licença-maternidade. Portanto peço a V. Exa. que suspenda a reunião por 5 minutos para fecharmos entendimento.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, quero pedir ao nosso pessoal do som que fique mais atento aos equipamentos. Conversando com os ilustres Deputados, há uma emenda que prevê que a licença-maternidade não interrompe a progressão na carreira, o que é justíssimo, em que pese a orientação da Seplag para não ser votado desse jeito. A emenda apresentada, não sei por qual Deputado, é corretíssima. Foram necessários cinco meses para convenceremos o Diretor-Geral desta Casa a elaborar uma deliberação que encampasse os servidores desta Assembleia. V. Exa. participou da reunião, com o Dr. Hely Tarquínio. Não é possível permitir que esse projeto não seja votado porque a Seplag não quer que as servidoras do Executivo, após adquirirem licença-maternidade, tenham progressão na carreira. É óbvio que tem de haver progressão. Uma licença não pode servir de pretexto para obstruir, postergar ou impedir a progressão da carreira das servidoras civis e militares. Não sei de quem é a autoria da emenda. Iremos debruçar-nos sobre o projeto. A emenda é legítima. A Seplag precisa compreender que licença-maternidade não pode impedir as servidoras de progredirem na carreira. Essa emenda, pelo menos no mérito, é perfeitamente aceitável, mas está impedindo a possibilidade de acordo para a votação. Mais cedo, conseguimos aprovar o pedido de urgência e vamos esperar que o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, e os demais Líderes, convençam a Seplag disso. É um absurdo a Seplag pedir a não aprovação da emenda, porque a servidora não pode contabilizar o tempo da licença-maternidade para progredir na carreira. É quase o fim do mundo. Ou seja, ela tem o direito, mas não pode progredir na carreira. A emenda é corretíssima, é justa. Tentaremos sensibilizar não só os Deputados da Oposição - PT, PCdoB e PMDB -, mas também os Deputados da base de governo. Nesta Casa, já fizemos essa correção. Há ainda outra denúncia de servidores desta Casa acerca da licença médica. O cidadão daqui não pode adoecer; se adoecer, não pode contabilizar o tempo para progredir na carreira. Vamos comunicar isso ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, que terá de providenciar imediatamente uma alteração, por meio de nova decisão da Mesa. Não é possível que o servidor da Assembleia Legislativa não possa ficar doente por mais de 30 dias. Então, se for atropelado quando estiver vindo para o trabalho e tiver de ficar 90 dias de licença, isso impedirá sua progressão. Isso é absurdo, é o fim do mundo. Solicitamos ao nosso Presidente que peça ao Diretor-Geral que elabore nova deliberação da Mesa, pois não é possível que pessoa que adoeca e que tenha laudo médico não possa progredir na carreira. Não podemos aceitar isso. Repito: essa emenda - não sei qual Deputado a fez - é justíssima. A Seplag não pode, de maneira alguma, Sr. Presidente, continuar com este posicionamento. Então, se nossa gestante tiver a licença-maternidade prorrogada por mais dois meses, não progredirá na carreira. Isso é o fim

do mundo. Infelizmente, encontramos técnicos na Seplag que têm visão apenas tecnicista, esquecendo-se de que há outros valores, valores sociais, especialmente o princípio fundamental consagrado na Constituição da República que se chama dignidade da pessoa humana. Como dizia nosso grande e saudoso Prof. Paulo Neves de Carvalho, o texto frio da lei não pode sobrepor-se à questão social, muito menos à dignidade da pessoa humana. Portanto ficam registradas minhas palavras no tocante a essa matéria, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Parabenizo a equipe da Sudecap, que está estudando e acompanhando as obras de Belo Horizonte. Ontem estive na Sudecap para ver algumas obras de acesso, principalmente no Mineirão e ali na Avenida Abrahão Caram, e o tratamento dado a este Deputado e aos moradores que me acompanhavam foi o melhor possível. Essa é obrigação da Prefeitura, mas temos de tirar o chapéu pela explicação da Prefeitura, principalmente pelos responsáveis pela Sudecap. Tenho certeza de que essa equipe comandada pelo Murilo Valadares é brilhante e vem fazendo o melhor para Belo Horizonte no que diz respeito ao sistema viário. Também parabenizo o povo belo-horizontino, os usuários dos bares e dos restaurantes de Belo Horizonte, as pessoas que estão deixando de fumar dentro dos bares. Não é porque há lei, Sr. Presidente. Nossa lei, que faz 30 dias na próxima semana, é sucesso e, independentemente da regulamentação que será feita agora pelo governo do Estado, já pegou. Este Estado ficou um pouquinho atrasado quanto à regulamentação. Pelo que entendo, quando aprovamos a lei aqui e esta entrou em vigor, estipulamos o período para que fosse regulamentada, mas infelizmente a Secretaria ficou dando cabeçada. Então ela entrou em vigor, mas sem regulamentação. Ou seja, está funcionando sem regulamentação. Estou tentando me intearar dessa regulamentação, porque fico com medo de tentarem trazer alguma novidade na lei ou bolarem algo - não sabemos o que passa na cabeça destes técnicos - que a atrapalhe. Deixo bem claro que, quando fizemos lei constitucional nesta Casa, pensamos em tudo, para que as multas fossem aplicadas e não precisássemos voltar atrás. Por exemplo, no Estado de São Paulo, Sr. Presidente, nenhuma multa foi aplicada, porque a lei é inconstitucional; no Rio de Janeiro, da mesma forma. A situação mais vergonhosa é a do Estado de São Paulo. Lá, o Governador teve de voltar atrás, quando proibia o fumo nos estádios de futebol. Eu deixava bem claro que, em Minas, pode-se fumar nas arquibancadas do Mineirão. O que não podemos é fumar no "hall" principal nem nos locais fechados. Em São Paulo, era proibido fumar em tudo. O Governador teve de voltar atrás e retirar da regulamentação a proibição do fumo nos estádios, no Ibirapuera e nos espaços abertos. Criamos uma lei para ficar, e que realmente pegou, é exemplo em 12 Estados. Sr. Presidente, hoje podemos ver as pessoas se levantarem das mesas para fumar na porta dos restaurantes. Por exemplo, vemos funcionários desta Casa saírem dos gabinetes e dos corredores para irem à porta da Assembleia a fim de fumar. Ao contrário de São Paulo, onde não se pode fumar na porta da Assembleia nem debaixo de uma sacada. Para se fazer isso, é preciso ir para o meio da rua. Em Minas, a lei é um sucesso. Lembro-me de um radialista da madrugada mineira, quando criticou essa lei. Na verdade, ele saiu fugido de Portugal, onde trabalhou, e correu para cá. Ele deve a Belo Horizonte e a todo o mundo. No seu programa das madrugadas, criticava que esta Casa não estava fazendo a parte dela. Fico agora impressionado de ver hoje, na imprensa, como radialista e jornalista que sou, um locutor de rádio - um "bobão", para usar um termo popular, que não sabe o que fala - criticar esta Casa quando apresentamos uma lei dessa natureza. Fica aqui um recado para ele. Quando for dizer as besteiras que diz e começar as suas dívidas, pois é um sujeito endividado, olhará para fora e dirá assim: "Que bom que essa lei deu certo". Foi ruim para ele, pois gravava muitos comerciais de esportes e para companhia de cigarros. Depois disso aí pode diminuir. Portanto, fica o recado aqui para esse popular "bobão", radialista das madrugadas, que mostrou que não tem hombridade, idoneidade nem seriedade e que se apresentou como um "picareta" no microfone nas madrugadas do rádio mineiro. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Em relação ao Projeto nº 4.388, em que se prorroga a licença-maternidade, a emenda mencionada aqui é de nossa autoria - aliás, tenho essa grata satisfação. Apresentamos essa emenda justamente para que o projeto tenha sentido e possamos melhorá-lo, a fim de que tenha aplicabilidade, garantindo a prorrogação da licença-maternidade para as servidoras públicas. Esperamos que o projeto seja aprovado com a nossa emenda - aliás, ela o melhora, e muito. Gostaria de dizer que amanhã, mais uma vez, estaremos com os professores e caminharemos com os servidores públicos de todo o Estado, que farão uma grande concentração em Belo Horizonte, na Praça da Assembleia. Deixamos aqui o nosso apoio e a nossa solidariedade ao conjunto dos servidores públicos de Minas Gerais, de forma muito especial aos nossos professores, que estão paralisados e de greve, lutando para que a lei seja cumprida. Esse é o grande absurdo, pois, se existe uma lei, ela tem de ser cumprida e respeitada, haja discordância ou não. Muitos discordam de pagar IPVA. No entanto, se ele não for pago, o veículo é apreendido. A pessoa pode discordar de pagar Imposto de Renda, mas é obrigada a pagá-lo. Pode discordar de pagar as contas de água e de luz, que, aliás, são muito caras, mas, se não as pagar, a água e a luz serão cortadas. O próprio agente público, o próprio governo é o primeiro a desrespeitar a legislação. Essa é a contradição. Os que deveriam respeitar e cumprir a legislação, quando se trata do Estado, são os primeiros a descumpri-la. O Estado não cumpre a lei federal que estabelece o piso nacional do salário dos servidores da educação. Por isso, os servidores de Minas Gerais estão mobilizando-se como jamais aconteceu nos últimos anos. Eles estão em todos os cantos do Estado. O movimento está fortíssimo, apesar de grande parte da imprensa não divulgá-lo, pois forças ocultas não deixam. Mas o movimento está muito forte no Sul de Minas, no Norte, no Jequitinhonha, no Noroeste, no Triângulo Mineiro, no Pontal, no Alto Paranaíba, na região Central, em Belo Horizonte, na Região Metropolitana, na Zona da Mata; enfim, o movimento dos servidores públicos realmente está "bombando". Eles estão conscientes, já chegaram ao fundo do poço. Não há como um professor sobreviver com uma "merreca", com um salário de fome. O valor do salário inicial de um professor em nosso Estado é de menos de um salário mínimo. Não há como o professor ter dignidade, sobreviver com isso. Infelizmente, o Governador Aécio Neves saiu do governo e não cumpriu o que prometeu. O que ele prometeu em campanha para a reeleição? Que, em Minas Gerais, os servidores teriam uma das melhores remunerações de todos os Estados da Federação. Mas não foi isso que aconteceu, uma vez que Minas Gerais é o Estado que pior paga aos seus servidores: menos de um salário mínimo. O Estado paga um salário de fome. Os servidores pagam Ipsemg, e, principalmente no interior, não há médicos especialistas, médicos credenciados. Se precisarem de um especialista, eles têm de vir a Belo Horizonte. Pagam passagens caras e, quando chegam aqui, recebem a porta na cara, porque não está marcada a consulta, não existe médico, falta esparadrapo, falta tudo. Os contratos com enfermeiros foram cancelados; portanto, não há médicos nem enfermeiros. A situação do Ipsemg é drástica, lastimável. O servidor paga para ter atendimento à saúde, mas este não é prestado em todo o Estado. Realmente a situação é muito triste em Minas Gerais. O sistema educacional vive outro caos. Reconhecemos a força de vontade dos servidores de cumprirem seu papel sem a menor estrutura. As escolas não têm cadeiras, carteiras, e sempre falta a merenda no início do ano. Há muitas escolas que não têm água, rede de esgoto. Se o menino quiser ir ao banheiro, ele tem de ir para o meio do mato. Muitas escolas do nosso Estado também não têm iluminação. Essa é a situação da educação no Estado de Minas Gerais. Os professores estão fazendo das tripas coração para servirem bem, cumprirem o seu papel, que é de ensinar, educar, formar cidadãos, infelizmente sem as menores condições. Enfrentam muitas dificuldades. O conjunto dos nossos servidores desempenha muito bem a sua função, mas eles não são valorizados por isso. O Orçamento do Estado chega a mais de R\$40.000.000.000,00. Nos últimos anos, passou de R\$17.000.000.000,00 para mais de R\$40.000.000.000,00. Lamentavelmente, o salário dos servidores não teve essa mesma progressão. Realmente isso aconteceu com todos os servidores públicos. A situação dos professores é muito difícil. As merendeiras e as Auxiliares de Serviços Gerais estão do lado dos professores. A situação dos servidores da segurança pública também é complicada. O governo fez uma série de promessas - auxílio-periculosidade -, mas não as cumpriu junto à categoria. Parabenizo a todos, agradecendo-lhes. Amanhã estaremos firmes com os servidores, ao lado dos professores, na Praça da Assembleia, em defesa da dignidade e pela implementação do piso nacional da educação. Apresentamos uma emenda, mas infelizmente ela não foi aprovada nesta Casa.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, quero relatar aqui e anunciar que, no Norte de Minas Gerais, nossa universidade, a Unimontes, encontra-se em greve geral. Os professores, os funcionários técnicos, os funcionários do hospital universitário e também os estudantes estão todos em greve. Fiquei abismado com os valores. Participei de audiência pública na segunda-feira, na Câmara Municipal de Montes Claros, de café da manhã com os servidores. A situação é um caos total, não só no aspecto salarial, mas em todo o conjunto de reivindicações dos servidores da Unimontes. A questão salarial é realmente preocupante. Estamos aqui com contracheque de alguns servidores que recebem salário-base: funcionários de universidade estão recebendo R\$330,00, R\$400,00. Isso é absurdo. A saúde está capengando. No Norte de Minas, em Montes Claros, estamos com problema sério. Os hospitais regionais de Brasília de Minas e de Janaúba estão com problemas seriíssimos por falta de repasse. O Estado está atrasando o repasse que é feito todo mês, está deixando a saúde em dificuldades. Os médicos e os anestesistas estão entrando em greve, e agora há greve do hospital universitário e greve geral da Unimontes. A situação é caótica; os salários, irrisórios. Há gente aqui que, dependendo da situação, está ganhando menos do que a ajuda do Bolsa-Família. São funcionários do governo do Estado, de universidade, que têm salário-base de R\$330,00, salário líquido de R\$297,00! Essa é a realidade. Está aqui o contracheque, ninguém está inventando nada, não. Portanto, precisamos tomar atitude, o governo precisa tomar atitude e tratar melhor a educação e o ensino superior. Também os serventes escolares, os professores que estão na Secretaria, os funcionários da Polícia Civil que estão nos escritórios recebem menos de um salário mínimo como salário-base. É absurdo que, neste momento em que o País está, existam várias categorias em Minas Gerais recebendo menos de um salário mínimo. Registro aqui nosso apoio, nossa convicção. Estamos solicitando reunião com a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado, para que receba a comissão de greve da Unimontes a fim de abrir negociação séria. O hospital está paralisado há mais de

30 dias, e isso está prejudicando toda a região. Essa situação não pode continuar. Por isso, precisam receber esse comando de greve, precisam fazer proposta que atenda aos anseios dos servidores para que voltem ao trabalho e para que voltem também à normalidade da saúde e a educação, que estão paralisadas na região. Estou solicitando até apoio de toda a nossa Bancada, do PCdoB, do PT, do PMDB e dos demais Deputados da Casa para nos ajudar junto ao governo, a fim de resolver o problema, porque o Norte de Minas já é prejudicado na distribuição dos recursos. O governo esteve nesses dias nas regiões do Triângulo Mineiro e de Uberaba e liberou investimento de R\$700.000.000,00; esteve em Juiz de Fora e liberou R\$8.000.000.000,00; liberou mais não sei quantos milhões para a saúde e, para o Norte de Minas, não liberou nada. O único instrumento de desenvolvimento da nossa região, a Unimontes, que é nosso patrimônio, está agora de portas fechadas e em greve geral, porque os salários dos servidores dessa Universidade são totalmente inferiores aos padrões dos servidores de outras universidades do Brasil e de Minas Gerais, particulares e públicas. Portanto, registramos aqui que estamos solidários ao movimento. Continuaremos firmes na luta em favor dos servidores da Unimontes.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, nesta questão de ordem, quero abordar assunto que me deixou extremamente intrigado e acho que deixa o povo brasileiro revoltado: a forma como se trata o aposentado em nosso país. Não se trata com respeito a quem muito fez pelo País, a quem dedicou sua vida trabalhando e, naturalmente, pagando a contribuição para se aposentar - pelo menos é o caso da quase totalidade. Há pequeno número em que não se trata de previdência, é a Lei Orgânica da Assistência Social. É fundamental, em qualquer país decente, que se cuide também do lado social daqueles que, por alguma razão, não podem trabalhar e são aposentados antes mesmo de iniciar carreira ou possibilidade qualquer: os contemplados pela Lei Orgânica da Assistência Social, que representam pequena minoria. A grande maioria aposenta-se, não por favor do governo, mas porque trabalhou, pagou e contribuiu para a Previdência. Obviamente, essas pessoas têm direitos; entretanto, eles não são respeitados e ainda acabam sendo objeto de demagogia, de uma série de promessas. Falta coerência do governo. O atual governo federal usou uma boa razão na busca do voto dessa parcela significativa do povo brasileiro, os aposentados, quando disse que iria dar-lhes tratamento digno. Mais que isso, atacou os governos anteriores, dizendo que agora os aposentados seriam tratados com respeito. E o que ocorreu? Estamos chegando a oito anos de governo, mas tudo que poderia ser feito para melhorar a vida do aposentado foi feito ao contrário, pois ele foi literalmente roubado. Criou-se um famigerado fator previdenciário, que foi condenado pelo governo atual, e isso é um fato e um erro que vem de muito tempo e não se justifica manter. É onde clamo por coerência. Pregou-se para o povo brasileiro, para os aposentados, que haveria um governo dos trabalhadores que iria tratá-los com respeito e dignidade. Pois bem! O aposentado foi perdendo, perdendo e hoje vive em situação de desespero, de miséria. Por que abordo esse assunto nesta questão de ordem? Por que me surpreendeu ver hoje manchetes de jornais e reportagens dizendo que o Presidente Lula cedeu ao Congresso e permitirá 7% de reajuste para o aposentado. Ele fala como se isso fosse praticamente um presente. Queria que houvesse uma reflexão por parte daqueles que criticam tanto, mas não fazem a autocritica. Afinal, 7% é tudo o que o aposentado pôde receber depois de perder durante os dois mandatos do atual governo federal. Em meu gabinete, recebi um senhor, de quase 70 anos de idade, que se emocionou e disse que lutou, trabalhou, cuidou da família por mais de 40 anos e se aposentou com uma remuneração que não era grandes coisas, mas para ele era a esperança de concluir seus dias de vida de maneira digna. Ele falava de algo próximo de quatro salários mínimos. Se esse valor tivesse sido pelo menos mantido, ele estaria recebendo mais ou menos R\$2.000,00. Hoje ele recebe quinhentos e poucos reais, um salário mínimo, como se fosse um favor do governo. E isso poucos anos depois de ter-se aposentado. A vida inteira ele pagou, pagou, pagou, e depois lhe é tomado tudo que pagou. De repente vem o governo e diz: terei um gesto de generosidade para com você, aposentado, e você não ganhará mais R\$500,00, e, sim, R\$530,00, R\$540,00, o equivalente a 7% de reajuste. Esse é o Presidente generoso. Na verdade, ele não queria conceder esse reajuste, queria 6,1%, 6,2%. A Câmara dos Deputados, que é muito generosa e não vota a revogação do Fator Previdenciário, resolveu conceder 7% de reajuste. Ai, o Brasil inteiro diz: o Presidente Lula concederá 7% de reajuste aos aposentados. Depois de ter passado oito anos tirando dos aposentados. Digo isso para a reflexão de todos nós, pois precisamos passar nosso país a limpo. Não há como imaginar um país que, de fato, possa melhorar para todos sem que algum dia tenhamos a possibilidade de chegar à idade avançada com dignidade. Ninguém tem a pretensão de interromper sua trajetória precocemente. Essa fatalidade é reservada a alguns, e o que pedimos a Deus é saúde e vida. Esperamos que nossa vida tenha dignidade ao final. É assim que temos de pensar e agir, respeitando nossos aposentados, mas não é isso o que temos visto acontecer por parte do governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, é estranha a palavra do Deputado que me antecedeu, quando menospreza o gesto do Presidente Lula, sem conseguir enxergar que ele pelo menos tem corrigido as distorções praticadas pelo governo. O Fernando Henrique, durante oito anos, não corrigiu essas aberrações, essas distorções para garantir justiça a nossos aposentados. Ele não o fez. Este é o segundo gesto do Presidente Lula com o objetivo de correção. O governo não consegue enxergar a distorção que há em Minas Gerais. Os trabalhadores da educação estão em greve porque recebem salário de miséria. O piso salarial dos trabalhadores da educação de Minas Gerais é de R\$319,00 e R\$369,00, e estão na ativa. Por isso estão em greve. Essa greve é justa e legítima. Ainda há o absurdo da postura da Secretária de Educação, Vanessa Guimarães, que determinou, por circular, que as superintendências regionais contratassem professores substitutos para cobrir as faltas dos profissionais em greve, desrespeitando a Constituição. Ela relaciona sete pontos. No sétimo, está escrito o seguinte: "Para assegurar o funcionamento das escolas em que alguns servidores aderiram ao movimento, o Diretor da SRE deverá autorizar a designação de professores e de servidores em substituição aos faltosos". Isso é grande desrespeito para com o movimento justo e legítimo dos servidores da educação. Como se já não bastasse a arbitrariedade praticada pelo então Secretário de Defesa Social, Maurício Campos, quando procurou substituir os Agentes Penitenciários, agora a Secretária de Educação determina a substituição dos trabalhadores em educação que estão em greve. Isso é absurdo, pois estão em greve porque recebem salário de miséria de R\$319,00. O Deputado Estadual tem de enxergar a realidade mineira, mas não estamos impedidos de enxergar a realidade nacional. Temos de produzir frutos e transformar a realidade da injustiça em Minas Gerais, enquanto Deputados Estaduais. Quando o governo determina e ordena, esta Casa, em sua maioria, abaixa a cabeça, acolhe e admite injustiças. Apresentamos emenda ao projeto que garantiu 10% de reajuste para a educação, estendendo o aumento para 15%, retroativo a janeiro, como foi para algumas carreiras. Apresentamos emenda estabelecendo o piso salarial da educação de R\$1.312,85, que é o piso nacional. Há mais de dois anos, muitos Estados com PIB bem menor que o de Minas Gerais assumiram o piso nacional. Minas Gerais, a 2ª economia do Brasil, não assume porque não tem respeito para com os trabalhadores públicos, sobretudo para com os trabalhadores da educação. Esta é a realidade tuca, que tem de ser mudada. O que se tem de mudar é a realidade de Minas Gerais, para entrar em sintonia com o plano nacional e garantir respeito aos trabalhadores do serviço público no Brasil e no Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, não há entendimento a respeito da pauta. Verificando a ausência de parlamentares no Plenário, solicito o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 29, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial da mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/6/2008

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Luiz Tadeu

Leite, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado João Leite (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BSD), membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e ela é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para debater questões relativas à administração da Fumec, em especial a demissão de professores e comunica o recebimento do ofício do Sr. Marcelo Oliveira Costa e da Sra. Valma Leite da Cunha, Promotores de Justiça da Promotoria Especializada na Tutela das Fundações, justificando a ausência deles nesta reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Renata Guerra, professora do Curso Promove; e os Srs. Getúlio Neuremberg de Faria Távora, Superintendente de Jornalismo da Rádio Inconfidência e Professor; Júlio César Lima e Silva Mesquita Cardoso, Vice-Presidente do Diretório Acadêmico de Comunicação - Fumec, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece considerações sobre o assunto em tela e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente apresenta requerimentos e esclarece que serão apreciados na próxima reunião destas Comissões, tendo em vista a inexistência de quórum para votação da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Carlin Moura.

Ata da 13ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/12/2009

Às 20h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Ademir Lucas, Sargento Rodrigues e Carlin Moura (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação do PT). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 3.808/2009 com as Emendas nºs 108, 166 a 168, 170, 171, 176, 179, 180, 183, 184, 188, 189, 191, 192, 198, 199, 201, 204, 206, 207, 213, 215, 218 a 222, 224 a 227, 230, 231, 233, 234, 236, 240, 241, 245, 256 a 258 e 260 a 262, apresentadas por parlamentares e pela Comissão de Participação Popular; as Emendas nºs 263 a 316, as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 16, 24, 40, 44, 51, 77, 78, 82, 83, 95, 97, 110, 120, 134, 147, 164, 165, 169, 173, 174, 177, 182, 185 a 187, 190, 193, 195 a 197, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 211, 212, 216, 217, 223, 228, 232, 235, 237 a 239, 242 a 244, 246, 251 a 253, e as Subemendas nºs 1 e 2 às Emenda nºs 175 e 194, apresentadas no parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 8 a 15, 17 a 23, 25 a 39, 41 a 43, 45 a 50, 52 a 62, 65 a 71, 73, 74, 76, 80, 87, 89 a 94, 98 a 105, 107, 109, 112, 113, 115 a 119, 121 a 133, 135, 137 a 140, 142, 144 a 146, 148 a 151, 153 a 162, 172, 178, 214 e 254 (relator: Deputado Zé Maia). Suspende-se a reunião. Às 21h7min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Juarez Távora, Ademir Lucas e Carlin Moura. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.809/2009 com as Emendas nºs 1 a 11, 61, 110 a 119, 123, 124, 128 a 135, 139 a 145, 148 a 155, 159 a 162, 164 a 182, 190, 199 a 218, 226 a 237, 239 a 253, 255 a 258, 260 a 270, 272 a 276, 281 a 309, 312 a 338, 344 a 349, 356 a 383, 404, 405, 408 a 416, 418, 422 a 464, 507, 510 a 523, 526 a 529, 531 a 560, 587 a 606, 611 a 618, 624 a 631, 638 a 651, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 654, 659, 660, 663, 667 a 673, 675, 676, 680, 682, 684 a 687, 689, 690, 692, 693, 698 a 700, 703, 705, 706, 711 a 719, 723, 725, 727 a 732, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 733 a 812 e as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 66, 125, 254, 310, 340, 406, 407, 417, 608 a 610, 652, 653, 656, 657, 658, 661, 662, 666, 677, 681, 683, 694 a 697, 701, 702, 704, 707 a 710, 720 a 722, 724, 726, as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 674 e as Subemendas nºs 1 a 6 à Emenda nº 664, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 12 a 60, 62 a 65, 67 a 109, 120 a 122, 126, 127, 136 a 138, 146, 147, 156 a 158, 163, 183 a 189, 191 a 198, 219 a 225, 238, 259, 271, 277 a 280, 311, 339, 341 a 343, 350 a 355, 384 a 403, 406, 407, 419 a 421, 465 a 506, 508, 509, 524, 525, 561 a 586, 607 a 610, 619 a 623, 632 637, 655, 665, 678, 679, 688 e 691, é apresentado requerimento de votação destacada para as Emendas nºs 393 a 396, 401 e 402 pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as emendas destacadas. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, são rejeitadas as Emendas nºs 393 a 396, 401 e 402, registrando-se os votos contrários dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Antônio Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Antônio Júlio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada - Doutor Rinaldo Valério - Sávio Souza Cruz.

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/3/2010

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, publicada no "Diário do Legislativo" em 13/3/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.516 e 4.050/2009, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr. (8) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública nos Municípios de Minas Novas, Serro, Ouro Preto e Santana dos Montes para debater as potencialidades turísticas das regiões, visando à Copa do Mundo de 2014; nos Municípios de Várzea da Palma e Alfenas, para discutir medidas para promover o desenvolvimento econômico dessas municipalidades; no Município de Itabirito, para discutir as potencialidades turísticas da região, visando à Copa de 2014 e ao desenvolvimento econômico da localidade; e no Município de Entre-Rios de Minas, para debater os impactos socioeconômicos e as oportunidades advindas da instalação da Mannesmann Sumitomo em Jeceaba; e Fábio Avelar (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública nos Municípios de Formiga e Três Corações para debater o potencial turístico das municipalidades, visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Fábio Avelar - André Quintão.

Às 15h20min, comparece no Hotel Metropolitano, no Município de Coronel Fabriciano, a Deputada Cecília Ferramenta, Presidente da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação dos mutuários da extinta MinasCaixa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Francisco de Assis Simões Tomáz, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano; Fernando Rolla, Prefeito Municipal de São Domingos do Prata; Geraldo Elias, Procurador dos Municípios de São Domingos do Prata e São José do Goiabal; Geraldo Magela, Presidente da Câmara Municipal de São José do Goiabal; Marcos da Luz, Vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; João Água, Vereador da Câmara Municipal de Pingo d'Água; Pastor Nilson Teixeira, Presidente da Associação Comunitária Cultural e Artística Shalon; e José Carlos Matheus, Presidente da Associação de Pais e Amigos de Cava Grande e Marliéria, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Sr. Geraldo Beltrame, ex-Vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano. A Presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Cecília Ferramenta, Presidente - Lafayette de Andrada - Doutor Rinaldo Valério - Dalmo Ribeiro Silva.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/4/2010

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Délio Malheiros, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Weliton Prado e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os prejuízos causados aos moradores do Bairro Anchieta pela ampliação de um centro de compras na região e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Adriana Lílian Camargos, Diretora Administrativo-Financeira da Tenco-CBL, justificando sua ausência a esta reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Arthur Nasciutte Prudente, Gerente de Análise Técnico-Processual, representando a Sra. Gina Beatriz Rende, Secretária Municipal Adjunta de Regulação Urbana do Município de Belo Horizonte; Elmar Silva Lacerda, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Horizonte; Paulo Lopes Salomão, Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Segurança do Trabalho do Crea; Saulo Lages Jardim, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Anchieta - Amoran -; Paulo Omar Nascimento Pereira, Vice-Presidente da Amoran; Maria Luiza de Oliveira, João Jacques Montandon, Plínio Corrêa de Aquino, Renato César Ferreira e Ruy Cássio Martins Izidoro, moradores do Edifício Ouro Preto; Sueli Bittencourt Souza, moradora do Edifício Lenise; Letícia Ateniense, advogada dos moradores do Edifício Ágata; Fábio Moraes, Superintendente do Shopping Plaza Anchieta; Rafael Mendes Ril, advogado do Shopping Plaza Anchieta; Cláudia Ferraz, advogada da Topus Construtora; Roberto de Araújo Coelho, Consultor Técnico da Topus Construtora, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Ana Maria Resende - Délio Malheiros.

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/4/2010

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 475 e 919/2007, 2.427 e 2.612/2008, 3.403, 3.417, 3.542, 3.586, 4.039, 4.088 e 4.096/2009 (Deputado Dimas Fabiano); 4.098/2009, 4.160, 4.162, 4.163, 4.170, 4.175, 4.177, 4.179 e 4.181 e 4.195/2010 (Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.612/2008, 3.417, 3.542 e 3.586/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 475 e 919/2007, 2.427/2008, 3.403, 4.039, 4.088, 4.096 e 4.098/2009, 4.160, 4.162, 4.163, 4.170, 4.175, 4.177, 4.179 e 4.181 e 4.195/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Ana Maria Resende.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/4/2010

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Getúlio Neiva e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.016/2010 (Deputado Marcus Pestana); 4.300/2010 (Deputado Paulo Guedes); e 4.352/2010 (Deputado Juninho Araújo), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.951/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 4.211/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimentos nº 5.813/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Lafayette de Andrada - Braulio Braz.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/4/2010

Às 10h15min, comparece na sede da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre - Acipa - o Deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Ademir Lucas, por indicação da Liderança do BSD), membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a cessão ao Município de Pouso Alegre de parte da área pertencente ao Exército localizada dentro do perímetro urbano. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ten.-Cel. Antônio Ribeiro da Rocha Neto, Comandante do 14º Grupo de Artilharia de Campanha, em que justifica a sua ausência nesta reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Frederico Coutinho de Souza Dias, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Moacir Franco, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Rogéria Ferreira, Vereadora da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Carlos Messias Muniz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - em Pouso Alegre; Eli Kallas, Coordenador de Assuntos Institucionais da Universidade do Vale do Sapucaí - Univas -, representando o Reitor, Sr. Virgínio Cândido Tosta de Souza; Francisco José de Oliveira, Professor e Coordenador de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito do Sul de Minas, representando o Diretor, Sr. Rafael Tadeu Simões; Alexandre Mango de Moura, Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre - Acipa -; e Fernando de Barros Magalhães, Coordenador da Regional Sul do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente e o Deputado Ruy Muniz, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença do parlamentar, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Paulo Guedes, Presidente - Doutor Ronaldo - Wander Borges - Padre João.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 20/4/2010

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Patrus Filho, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e João Leite (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (2) (15/4/2010); Julio Cesar de Araujo Nogueira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (substituto); Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF, e da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (17/4/2010). Em seguida, o Presidente comunica que está aberto, até o dia 26/4/2010, o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 4.413/2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.490/2008 (Deputado Inácio Franco); 2.955/2008 e 3.547/2009 (Deputado Agostinho Patrus Filho); 3.138 e 3.518/2009 (Deputado Antônio Júlio), no 2º turno; e 4.316/2010 (Deputado Antônio Júlio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.955/2008 (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho); 2.490/2008 (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho, em virtude de redistribuição) e 3.138/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição) na forma do vencido no 1º turno; pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.135/2010 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 4.138/2010 (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho) na forma dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.499/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Projeto de Lei nº 4.316/2010 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 28/4/2010, às 9 horas, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Antônio Júlio, Presidente - Adeldo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada - Inácio Franco.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 22/4/2010

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir assuntos de interesse da Comissão e a votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG; Paulo Brant, Secretário de Cultura (25/3/2010); Rúbio de Andrade, Gerente do Projeto Estruturador de Convivência com a Seca da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas (4); Octávio Elisio Alves de Brito, Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG (2) (19/4/2010); Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa -; Rogério Aoki Romero, Secretário Adjunto de Esportes e da Juventude (6/4/2010); Alberto Duque Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia; Fernando Antonio Bonhsack, Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Montes Claros; Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde (3) (15/4/2010); e das Sras. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Desenvolvimento Social (25/3/2010); Fernanda Flaviana de Souza Martins, Coordenadora Especial da Política Pró-Criança e Adolescente (19/4/2010); Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2) (6/4/2010 e 17/4/2010); e Érica Campos Drumond, Secretária de Turismo (17/4/2010). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Formiga, para discutir, em audiência pública, a aplicabilidade do art. 85 do Decreto nº 44.844, de 2008, sobretudo em relação à regulamentação de placas de redes de pesca em divergência com a legislação Federal; Carlin Moura (2) em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp - e ao Ministério da Justiça pedidos de providências para que acatem as sugestões para a reformulação do Conasp, apresentadas à Comissão por representantes da sociedade civil e por profissionais de defesa social em Minas Gerais, em reunião realizada no dia 31/3/2010; seja encaminhado ao Secretário de Estado e Defesa Social pedido de providências para que acolha as sugestões para a reformulação do Conasp, regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.950, de 26/8/2009, com vistas à instituição de um Conselho de Segurança Pública no Estado,

apresentadas à Comissão por representantes da sociedade civil e por profissionais de defesa social em Minas Gerais, em reunião realizada no dia 31/3/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite - Gláucia Brandão.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 22/4/2010

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos da Polícia Civil sobre homicídios de empresários ocorridos em Belo Horizonte e suas possíveis ramificações com o crime organizado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Delegado Edson Moreira da Silva, Chefe do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, e o Delegado Paulo Luiz Bittencourt, Subcorregedor da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 28/4/2010

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlin Moura e Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado em 2009 e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. André Abreu Reis, Diretor da Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Eduardo Antônio Codo Santos, Assessor Especial, representando o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda; e Flávio Riani, Assessor Econômico da Secretaria de Estado de Fazenda; e as Sras. Maria da Conceição Barros de Rezende, Diretora da Superintendência Central de Contadoria da Secretaria de Estado de Fazenda; e Maria Rita de Carvalho Rocha, Diretora da Central de Gestão Fiscal da Seplag, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2010.

Antônio Júlio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 28/4/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlin Moura e Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 11h25min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Lafayette de Andrada, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), Doutor Rinaldo Valério (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS) e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do Bloco PMDB-PT-PCdoB). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.518/2009 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição); 3.547/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição) e 3.654/2009 (relator: Deputado Doutor Rinaldo Valério, em virtude de redistribuição), todos na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 29/4/2010, às 10 horas, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 3.501/2009, no 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

Zé Maia, Presidente - Inácio Franco - Lafayette de Andrada - Durval Ângelo.

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 28/4/2010

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública, com a finalidade de enaltecer a Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto, localizada no Município de Igarapé, cuja construção, de inspiração neoclássica, é patrimônio histórico e cultural do Município, oportunidade em que será lançada uma edição da Revista Magalhães, e

comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: da Sra. Heloisa Maria Murgel Starling e do Sr. Ronaldo Tadeu Pena, ex-Vice-Reitora e ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (15/4/2010); da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão (17/4/2010), e do Sr. Mauro Martins da Silva, integrante da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Fundações (17/4/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.999 e 4.133/2009, 4.199, 4.319 e 4.357/2010 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.677/2009, 4.215, 4.229 e 4.333/2010 (Deputada Gláucia Brandão); 4.139, 4.141, 4.227 e 4.339/2010 (Deputado Carlin Moura); 179/2007, 4.025/2009, 4.296 e 4.327/2010 (Deputado Deiró Marra), 921/2007, 4.103 e 4.113/2009, 4.140/2010 (Deputado Ruy Muniz), em turno único; 4.068/2009 (Deputado Ruy Muniz), no 1º turno. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Alberto da Silva, Vice-Prefeito de Igarapé, representando o Sr. José Carlos Gomes Dutra, Prefeito Municipal de Igarapé; Antônio Lelis de Almeida, Diretor da Escola Estadual Profa. Maria Magalhães Pinto e Coordenador da Revista Magalhães; Perme Caetano Ribeiro Júnior e Saulo Henriques Souto e Silva, respectivamente, representantes do corpo docente e do corpo discente da referida Escola e Júnior Reis, professor da instituição, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A matéria constante da pauta deixa de ser apreciada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlin Moura.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/2010, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública com convidados, o tema "A jurisdição agrária no Estado de Minas Gerais e os direitos humanos: o pioneirismo do Estado; a estrutura e o funcionamento atuais; a visão do Conselho Nacional de Justiça nos conflitos agrários" e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2010, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Monte Carmelo, com a finalidade de se analisarem os cursos a serem implantados pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU - nos Municípios de Monte Carmelo e Patos de Minas, uma vez que o Ministério da Educação autorizou a expansão do câmpus da referida universidade, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2010.

Cecília Ferramenta, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.872/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação ao trecho que liga o Município de Pedro Teixeira ao entroncamento com a BR-267.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.872/2007 tem por finalidade dar a denominação de João Moreira de Oliveira ao trecho que liga o Município de Pedro Teixeira ao entroncamento com a BR-267.

Nascido em 28/11/21, em Pedro Teixeira, o homenageado ali viveu e construiu sua vida, educou seus filhos e fez história, até o seu falecimento em 24/9/97.

João Moreira de Oliveira foi um dos primeiros comerciantes do local. Além de ter se destacado nesse ramo, ele teve participação social ativa no Município, pois era o único cidadão a possuir um automóvel, o qual servia como meio de transporte para as cidades vizinhas. Além de transportar pessoas, carregava mercadorias, em virtude do difícil acesso aos distribuidores, e prestava ainda socorro às pessoas adoentadas na

falta de atendimento médico local. No campo político, foi eleito Vereador e, posteriormente, Prefeito de Pedro Teixeira, realizando uma administração ímpar.

A homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise pretende ser o reconhecimento dos relevantes serviços que prestou àquela comunidade.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade acrescentar parágrafo único ao art. 1º, para esclarecer que o trecho a ser denominado faz parte do Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios - Processo -, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.872/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

Marcus Pestana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.720/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar a denominação de Rodovia Miguel Pereira da Silva ao trecho da Rodovia LMG-655 que liga o Município de Botumirim ao entroncamento com a MG-307.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.720/2009 tem por finalidade dar a denominação de Rodovia Miguel Pereira da Silva ao trecho da Rodovia LMG-655 que liga o Município de Botumirim ao entroncamento com a MG-307.

Miguel Pereira da Silva nasceu no Município de Botumirim, em 1928, onde começou a trabalhar muito cedo na lavoura, passando, mais tarde, para a área comercial. Posteriormente, exerceu a profissão de motorista de caminhão e prestou serviços à empreiteira que construiu a ponte sobre o Rio Itacambiraçu, ligando Botumirim a Barroão, o que diminuiu o trajeto para o Município de Montes Claros em 40 km.

Foi também Vice-Prefeito e Vereador pelo Município de Botumirim, período em que prestou relevantes serviços à comunidade, sempre de forma ilibada, o que o tornou símbolo de honestidade e respeito.

A população do Município que conviveu com o homenageado guarda dele uma lembrança carinhosa, pois sempre pôde contar com sua generosidade, seu companheirismo e seus conselhos, pois, apesar de não ser um homem letrado, a vida se encarregou de o tornar um sábio.

A homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise pretende demonstrar o reconhecimento aos serviços por ele prestados àquela comunidade.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade suprimir o art. 1º do projeto, para corrigir a identificação da Rodovia LMG-655, que se inicia no entrocamento da BR-251 e termina no Município de Botumirim.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.720/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2010.

Marcus Pestana, relator.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 29/4/2010, a seguinte comunicação:

Do Deputado Alberto Pinto Coelho, notificando o falecimento da Sra. Maria da Conceição Froes Lima, ocorrido em 11/4/2010, em Itamarandiba. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

correspondência

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 29/4/2010, a seguinte correspondência:

ofícios

Do Sr. Marcelo Serafim, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, convidando esta Casa para o IV Simpósio "Amazônia: Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável", em 19/5/2010.

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Wanderley Ávila, Presidente do TCE-MG, informando a realização do encontro técnico "Tribunal de Contas e os Municípios em Uberaba", com início em 15/4/2010. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos destinados à manutenção dos serviços de ação continuada que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Donizete Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, encaminhando a Indicação nº 72/2010, dos Vereadores Cássio Remis dos Santos e José Roberto dos Santos e da Vereadora Marta Regina de Queiroz Elias, aprovada por essa Casa Legislativa, na qual solicitam a permanência da Sra. Ana Luiza da Fonseca Rodrigues como Superintendente Regional de Ensino de Patrocínio. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Daniel Flávio Carneiro Cruvinel, Presidente da Câmara Municipal de Coromandel, encaminhando o Requerimento nº 8/2010, no qual os Vereadores dessa Câmara, por unanimidade, solicitam a esta Casa a devida atenção com vistas ao atendimento das reivindicações dos professores estaduais em greve. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Valdir Gomes dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Capelinha, agradecendo a esta Casa o apoio ao curso "Noções introdutórias de práticas arquivísticas", no âmbito do Projeto Exposição Itinerante Formação do Povo Mineiro, realizado em 10 e 11/3/2010, nessa Câmara Municipal.

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, agradecendo a esta Casa a aprovação da proposta de emenda à Constituição mediante a qual os Delegados de Polícia passam a integrar as carreiras jurídicas do Estado.

Da Sra. Dilene Dileu e outros, Vereadores à Câmara Municipal de Governador Valadares, solicitando sejam apresentadas emendas ao Orçamento do Estado com vistas a garantir verbas para a implementação do projeto Educação atrás das Grades, nesse Município. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, encaminhando relação dos convênios celebrados em 2009 entre o Ministério da Justiça, por intermédio dessa Secretaria, e o Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ricardo Anair Barbosa de Lima, Diretor de Monitoramento de Políticas da Diversidade e Identidade da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura (2), prestando informações relativas a convênio entre essa Pasta e as instituições Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável e Instituto Mineiro de Desenvolvimento. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do segundo termo aditivo de prorrogação de prazo do Convênio nº 701142/2008. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Gleisse de Castro de Oliveira, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde (substituta), encaminhando a análise sintética realizada pela Comissão de Orçamento e Financiamento desse Conselho, referente às auditorias do Departamento Nacional de Auditorias do Sistema Único de Saúde - Denasus -, realizada nos Estados que menciona. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. João Reis Santana Filho, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, informando a liberação de recursos financeiros em favor deste Estado, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, referente à parcela do convênio que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Julio Cesar de Araujo Nogueira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (substituto), informando a liberação de recursos financeiros em favor deste Estado, por intermédio da Ruralminas, referente à parcela do contrato que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Júnia Cristina França Santos Egídio, Coordenadora-Geral de Convênios da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, informando a liberação de recursos financeiros para a Fundação Belo Horizonte Turismo e Eventos, referente ao convênio que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Francilene Barros Vieira, Gerente Regional de Administração e Suporte Logístico da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf -, informando a liberação de recursos financeiros para a Emater-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ronaldo Coutinho Garcia, Secretário de Articulação para Inclusão Produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando a celebração de convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a liberação de parte dos recursos financeiros correspondentes. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Regimento Interno.)

Do Sr. Rodrigo Neves, Chefe de Cerimonial e Relações Públicas da Defensoria Pública, convidando a Presidência desta Casa para audiência pública destinada à elaboração do plano de atuação desse órgão para os próximos dois anos e solicitando apoio para a divulgação do evento.

Do Sr. José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa -, informando a celebração de convênio com a Epamig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Wilson Akira Shimizu, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - CBH Araguari -, encaminhando cópia de ofício do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - e abaixo-assinado nos quais se manifesta posição contrária ao Projeto de Lei Federal nº 315/2009, em tramitação no Senado Federal, que altera os critérios de distribuição da compensação pelo alagamento de áreas para geração de energia elétrica; e solicitando a intercessão desta Casa junto às bancadas mineiras no Congresso Nacional com vistas à rejeição da matéria. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Ananias Neves Ferreira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, apresentando relato referente ao processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município, o qual avalia positivamente. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, agradecendo convite para reunião especial comemorativa do Dia Internacional da Mulher e justificando sua ausência no evento.

CARTÃO

Do Sr. Antônio Carlos de Barros Martins, Presidente da Fhemig, encaminhando exemplar do relatório de gestão dessa Fundação referente a 2009. (- À Comissão de Saúde.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - Hemominas - pelos 25 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.685/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Sra. Joana d'Arc Silva por sua eleição e posse no cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dolores do Indaia - Sindisemdi (Requerimento nº 5.793/2010, do Deputado Neider Moreira);

de aplauso à Sra. Patricia Delfino por seu desempenho no cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dolores do Indaia - Sindisemdi (Requerimento nº 5.794/2010, do Deputado Neider Moreira);

de congratulações com a Santa Casa de Montes Claros pela obtenção do Certificado de Acreditação Hospitalar, concedido pela Organização Nacional de Acreditação e pelo Ministério da Saúde (Requerimento nº 5.795/2010, da Deputada Ana Maria Resende).

de congratulações com a Associação Araxá Taekwon-do pelos seis anos de sua constituição (Requerimento nº 5.812/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Sebastião Donizete de Souza pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte (Requerimento nº 5.816/2010, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia pela posse no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 5.826/2010, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves da Cunha, ex-Governador do Estado, pela ética, pelo destemor e pelo espírito democrático com que conduziu brilhantemente os destinos dos mineiros à frente do governo do Estado (Requerimento nº 5.827/2010, do Deputado Dinis Pinheiro).

de congratulações com o Gen.-Div. Ilídio Gaspar Filho por sua posse no cargo de Comandante da 4ª Região Militar (Requerimento nº 5.828/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Gen.-Div. José Mário Facioli por seu desempenho no cargo de Comandante da 4ª Região Militar (Requerimento nº 5.829/2010, do Deputado Leonardo Moreira);

de aplauso à Sra. Luciana da Fonseca por sua atuação na equipe de cirurgia cardíaca do Hospital da Beneficência Portuguesa de São Paulo (Requerimento nº 5.833/2010, do Deputado Doutor Ronaldo);

de congratulações com o Sr. Façal David Freire Chequer, Reitor da Universidade de Itaúna, pela aprovação de sua indicação para compor o Conselho Estadual de Educação, na Câmara de Ensino Superior (Requerimento nº 5.837/2010, do Deputado Inácio Franco).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 27/4/2010

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiramente quero parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues pela leitura das correspondências e dos encaminhamentos do Governador do Estado a esta Casa, especialmente pela leitura em alemão feita neste Plenário. Sr. Presidente, deixando de lado as brincadeiras, o que me traz a esta tribuna é um assunto até certo ponto delicado, mas que diz respeito ao dia a dia e às obrigações dos parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Há exatamente uma semana, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a qual presido, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, fez uma visita a Ribeirão das Neves, com a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Carlos Gomes. Visitamos uma escola estadual para averiguar alguns problemas que estão acontecendo de forma recorrente no Estado de Minas Gerais. Refiro-me às empreiteiras contratadas pelo Estado para fazer reformas e ampliações em escolas estaduais, que estão deixando as obras sem que elas estejam concluídas. Recebemos a visita da Vereadora Maria, de Ribeirão das Neves, que nos relatou a preocupação dessa escola estadual. A escola havia recebido do governo do Estado aproximadamente R\$500.000,00 para obras de reforma e ampliação da sua rede física. Mas a empreiteira deixou as obras inacabadas, e essa situação traz risco à segurança e à saúde dos mais de 1.600 alunos que frequentam a escola. Dessa forma, eles se encontram desamparados, já que a empreiteira abandonou as obras de reforma e ampliação da escola. Esse não é o primeiro caso que aconteceu no Estado. Como presido a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Assembleia Legislativa, já havia recebido demandas de outras escolas estaduais que se encontravam e se encontram na mesma situação. Então resolvemos tratar profundamente desse assunto e chegamos a algumas conclusões que muito nos preocupam. É bom que fique claro que todos nós, desta Casa, temos plena consciência daquilo que constitui nossa obrigação e nosso dever.

Uma dessas obrigações é fiscalizar e acompanhar o que vem sendo feito pelo Poder Executivo. Neste caso a Secretaria de Educação vem fazendo excepcional trabalho de reforma, de reestruturação da rede física das escolas estaduais nos quatro cantos do Estado. Porém, em razão da vontade e da determinação da Sra. Secretária em ver os processos acontecerem com maior agilidade, com maior presteza, a Secretaria de Educação resolveu, por bem, delegar a administração das obras às Diretoras das escolas estaduais. Então o dinheiro é repassado pela Secretaria de Educação às escolas por intermédio da Caixa Escolar; a licitação é feita e conduzida pela Diretora da escola. Depois de escolhida a empresa vencedora, a Diretora faz o acompanhamento da obra e libera os pagamentos conforme a medição apresentada pelas empreiteiras à escola. O que nos preocupa, Sr. Presidente, é que, em 90% dos casos - não estou aqui desmerecendo ou diminuindo a competência das Diretoras das escolas, pelo contrário -, as Diretoras das escolas estaduais não têm competência técnica para verificar "in loco" se o valor apresentado pelos empreiteiros foi realmente gasto naquela etapa da obra. Chegamos à conclusão de que existe, no Estado, um pequeno grupo de empreiteiras que estão agindo de má-fé na Secretaria de Educação, para assim tomar o dinheiro público e não terminar, não concluir as obras das escolas estaduais. A escola a que me referia é a Escola Estadual Manoel Martins de Melo, em Ribeirão das Neves. A empresa que venceu a licitação naquela escola chama-se Lar Minas Engenharia Ltda. Ela venceu 12 licitações de escolas em Ribeirão das Neves; dessas 12, inúmeras tiveram problemas, e as obras não foram concluídas. Na visita que realizamos à Escola Manoel Martins de Melo, estivemos com a Superintendente de Ensino, com representantes da Secretaria de Educação e com a Diretora da escola, que, no primeiro momento, se encontrava muito ressabiada, preocupada, achando que estávamos ali para colocá-la contra a parede. Porém deixamos claro que não era esse o motivo, pois a Assembleia Legislativa estava ali para ser parceira da escola, da Secretaria de Educação, da Superintendência de Ensino, a fim de resolver, de uma vez por todas, estes problemas que vêm ocorrendo em alguns casos de reforma e ampliação de escolas estaduais. O que acontece, Sr. Presidente? Empreiteiras agem de má-fé e apresentam preços muito baixos para realização de obras de reforma e ampliação. Assim vencem a licitação, porque as Diretoras das escolas, que na verdade são as responsáveis pela escolha das empresas, acabam escolhendo a empresa que apresenta o menor preço, sem consciência nem capacidade técnica para fazer leitura de que, com aquele preço, é impossível concluir tal obra. Então entregam a obra para a empreiteira que apresenta o menor preço. Ela dá início às obras e apresenta, depois de dois ou três meses, planilha pedindo para que sejam pagos 70%, 80% do valor total. Como não tem competência técnica para constatar se até aquele momento foram despendidos 70%, 80% dos recursos, a Diretora acaba pagando ao empreiteiro, que larga a obra do jeito que está, pela metade, e some.

O dono da empresa Lar Minas Engenharia Ltda. sumiu. Dizem que já está na Argentina e que não voltará a Minas Gerais. Então esse foi um caso que muito nos preocupou. A minha Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática fizeram essa visita. Na visita "in loco", a Secretaria de Educação, por meio de seus representantes, e a Superintendência de Ensino pediram-nos 30 dias, a contar do último dia 20 de abril, para nos apresentar a situação real das obras que se encontram com problema em todo o Estado de Minas Gerais, bem como as soluções que serão apresentadas para essas escolas que tiveram suas obras paralisadas em função da má-fé de algumas pequenas empreiteiras, as penalidades, enfim, o que será feito pelo Estado contra esses empresários que buscam receber dinheiro público, não entregando, em contrapartida, a obra contratada. Então, em 30 dias - aproximadamente no dia 20 de maio -, receberemos nesta Casa a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, bem como os representantes da Secretaria de Educação para tratarmos desse assunto, fazermos um levantamento, um apanhado geral da situação das escolas que não tiveram suas obras concluídas em função da má-fé de alguns empreiteiros - são poucos -, que agem de má-fé. Um caso muito parecido aconteceu em Peçanha, na região Centro-Nordeste mineira, onde duas escolas estaduais, a Adelardo da Cunha Pereira e a Sady da Cunha Pereira, também tiveram suas obras paralisadas por empreiteiras que não conseguiram entregar o serviço. Como as duas escolas de Peçanha e a de Ribeirão das Neves, existem outras na mesma situação.

Sr. Presidente, venho, porém, a esta tribuna para deixar muito claro que não há vontade majoritária por parte desta Casa nem de seus parlamentares de trabalhar contra a Secretaria de Estado de Educação, contra o governo do Estado, contra as Diretoras de escola e contra as Superintendências de Ensino. O que queremos é ser parceiros do governo do Estado e da Secretaria de Educação para impedirmos que casos como esses voltem a acontecer. Já estamos colhendo sugestões dos parlamentares desta Casa para serem apresentadas na reunião que será realizada com a Superintendência de Ensino e com a Secretaria de Educação no dia 20 de maio. Não podemos deixar que o carro-chefe da Secretaria de Educação, que são as reformas e ampliações feitas nos últimos sete anos, fique paralisado. Os servidores da educação têm plena consciência de que houve uma revolução na rede física das escolas estaduais nos últimos sete anos. Não podemos deixar que isso se paralise por conta da má-fé de poucos empreiteiros que agem apenas para receber o dinheiro público, não entregando, em contrapartida, aquilo que foi contratado. Então, Sr. Presidente, registro que a Assembleia Legislativa cumpre mais uma vez o seu papel de fiscalizar, de acompanhar o Poder Executivo. Estaremos aqui como parceiros dele nessa empreitada, vigilantes, atentos às empreiteiras e aos empreiteiros que agem de má-fé. Posso assegurar aos alunos da rede estadual de ensino do Estado de Minas Gerais, às Diretoras, às professoras e aos demais funcionários que todas as obras serão concluídas. Esse é o nosso objetivo principal. No caso especial da Escola Estadual Manoel Martins de Melo, há até risco de desabamento de um morro de terra que se encontra atrás da escola. Se ele resolver ceder, entrará dentro de algumas salas de aula. A Secretaria de Educação e a Superintendência de Ensino daquela região já nos deu o aceno de que esses problemas estão sendo resolvidos, ou seja, de que em aproximadamente 30 ou 40 dias uma nova empresa estará "in loco" resolvendo esse problema e acabando com as aflições da Diretora, das professoras e até mesmo dos próprios alunos. Sr. Presidente, isso é a Assembleia Legislativa e suas Comissões cumprindo o seu papel, fiscalizando e sendo parceira do governo do Estado para que problemas como esse não voltem a ocorrer e para que possamos adentrar na próxima gestão - seja de quem for -, com toda a rede física da Secretaria de Estado de Educação reestruturada, partindo, então, para uma nova fase, resolvendo um problema que já se arrasta há muitos e muitos anos, em busca da melhoria da qualidade da remuneração dos servidores, principalmente daqueles da área da educação. Tenho certeza de que até o dia 31 de dezembro deste ano o governo do Estado entregará todas as obras. Assim, teremos a rede física de escolas estaduais toda reformada e ampliada, pronta para atender dignamente os alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os telespectadores da TV Assembleia e, em especial, os servidores administrativos da Polícia Civil, que estão atentos à tramitação do projeto constante na mensagem do Governador lida aqui hoje. Trata-se do projeto de lei complementar que requer a reestruturação das carreiras da Polícia Civil. Os técnicos e os auxiliares administrativos há muito tempo estão pedindo socorro, tendo em vista a situação desesperadora em que vivem.

Antes de adentrar o tema propriamente dito, gostaria de reforçar as palavras balizadas do ilustre Deputado Gustavo Valadares, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Ele traz à tribuna uma denúncia que também consideramos extremamente grave, uma vez constatado que o dinheiro público está sendo usado de forma indevida, prejudicando justamente as escolas públicas estaduais mineiras. Isso realmente nos preocupa. É preciso que o governo do Estado e o Poder Executivo tomem uma atitude mais rigorosa em relação a isso. Talvez esteja na hora de fazermos um cadastro das más empreiteiras, que, aliás, devem ser banidas do serviço público. Afinal, se as empreiteiras estiverem utilizando esse artifício para, em nome de uma licitação, começarem uma obra e deixá-la pela metade, elas precisam de um controle rigoroso. Então, é preciso haver um cadastro delas, um SPC dessas empreiteiras, porque o cidadão comum, quando pratica uma irregularidade, logo tem seu nome no Serasa ou no SPC, sendo extirpado do mercado. Agora, isso não ocorre com as grandes empreiteiras. Com certeza, precisamos de uma fiscalização mais rigorosa. O Deputado Gustavo Valadares traz essa denúncia justamente num momento que também vemos coisas escabrosas ocorrer em Minas Gerais. Por último, falaremos da questão da assinatura do contrato do governo do Estado com o Banco do Brasil para a folha de consignação e pagamento dos seus servidores.

Um contrato que foi assinado na calada da noite de 2009, no final do ano, às vésperas do Natal e sem publicidade alguma ou discussão com os servidores e com esta Casa. Um contrato que criou privilégio para o Banco do Brasil em relação à folha de consignação e ao pagamento dos servidores e que trouxe, para os cofres do Estado, R\$1.200.000.000,00, contrato esse que foi assinado por alguém que não é nem Gerente-Geral, mas sim Gerente Regional do Banco do Brasil. Essa situação muito nos preocupa. Aliás, o Promotor Baeta, do Ministério Público de Defesa do Consumidor, questionou os termos do contrato, já que se criava privilégio para o Banco do Brasil, quebrando o princípio da livre concorrência. O mais intrigante nessa história e ainda não devidamente esclarecido e elucidado é que, no contrato, foi feito pagamento ao Estado, conforme explícito no contrato, em duas parcelas, no montante de R\$1.200.000.000,00. Mas a Seplag, em todos os jornais de ontem e de hoje, insiste em que o Estado recebeu apenas R\$320.000.000,00. Então algo está mal-explicado nessa história. Há algo de muito tenebroso nisso. Como podem entrar R\$1.200.000.000,00 e só aparecerem R\$320.000.000,00?

É preciso que esses fatos sejam esclarecidos com toda a transparência, para que não corramos o risco de abrir precedente gravíssimo do ponto de vista da moralidade pública e da transparência. Aliás, ocorrerá audiência pública na Comissão de Direito do Consumidor, e esses pontos precisam ser devidamente esclarecidos. O mais intrigante é que, nos termos do contrato, o Banco do Brasil, como consignatário especial, se transforma em detentor de privilégios. Entre esses privilégios, um dos requisitos que lá estão previstos é autorizar que o dinheiro que seria usado pelo servidor público para assumir compromissos e pagar taxas aos sindicatos e às associações seja usado pelo Banco, isto é, o Banco está autorizado, automaticamente, a retirar essa contribuição do servidor, que seria usada para pagar suas associações de classe. Exemplificando, se o servidor gasta R\$40,00 por mês com seu sindicato ou sua associação de classe, o Banco está automaticamente autorizado a utilizar esse dinheiro. Nesse caso o sindicato e a associação deixam de receber esse dinheiro, que será usado para pagar empréstimo de 36, 40 ou 70 meses. Isso é absurdo, desrespeito com a organização dos trabalhadores, também com a livre concorrência e com o direito do servidor público de escolher de qual banco tomará empréstimo. Ele fica cerceado no seu direito de optar, especialmente em momento como este, em que há guerra de juros entre os bancos. Muito nos preocupa o fato de se tirar essa prerrogativa do servidor. É importante deixar registrada a preocupação que temos em relação ao contrato assinado com o Banco do Brasil sobre essa forma de consignação e pagamento e a situação das empreiteiras nas escolas estaduais. Aliás, consideramos que deve ser feito cadastro para separar o joio do trigo. Separar as más empreiteiras daquelas que são sérias e prestam bom serviço para nossas escolas.

Sr. Presidente, nas últimas semanas, ocorreram vários fatos políticos importantes, do ponto de vista da conjuntura política do País, especialmente no que se refere ao processo eleitoral de outubro. Desde já, os partidos e as forças políticas começaram a se movimentar e a delinear rumos. Na semana passada, nosso partido, o PCdoB, oficialmente definiu o rumo de acompanhar a pré-candidatura da Ministra Dilma Rousseff, que é a candidata do bloco de sustentação do governo do Presidente Lula. Hoje a Ministra Dilma Rousseff tem o apoio do PT, do PDT e do PCdoB, com grandes possibilidades de obter ainda o apoio do PMDB e do PSB, que também estão no seu processo de discussão interna, definindo rumos.

Nós, do PCdoB, entendemos importante o apoio à Ministra Dilma Rousseff. A nossa direção nacional definiu o apoio por entender que o País atravessa uma etapa nunca vista de vitórias democráticas. Chegar até aqui é resultado da luta de muitas gerações, várias personalidades e correntes políticas comprometidas com a luta em defesa do Brasil, da democracia e da justiça social; todavia temos nítida consciência de que o ciclo político aberto desde 2002, com a vitória emblemática de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, foi um grande passo para a afirmação e o avanço dessas conquistas. O Brasil, nas condições dos dois mandatos do Presidente Lula, galgou um ciclo virtuoso, considerando de onde se partiu.

O País, sob a regência dos tucanos, estava inadimplente, quebrou três vezes e chegou ao racionamento de longo período de energia. Sua infraestrutura atingiu um nível extremo de sucateamento, e vivemos períodos de desemprego aberto, crescimento e renda "per capita" estagnados e pesada vulnerabilidade externa. Chegou-se a uma situação de já não se contar com o crédito externo. Era um país tutelado draconianamente pelo FMI.

Não por acaso, a Oposição foge, assim como o Diabo foge da cruz, do debate em relação à era Fernando Henrique Cardoso. E ainda não quer comparar as duas eras, a do Fernando Henrique, em que José Serra tinha papel destacado, e a do Lula, em que a Ministra Dilma Rousseff foi figura central. Desesperadamente a Oposição, o tucanato e a mídia monopolista tudo fazem para passar um borrão na comparação desses dois períodos, querendo zerar o jogo como se fosse possível extrair Dilma do contexto do governo Lula.

Enquanto isso o seu candidato é apresentado como se fosse pós-Lula, como se nada tivesse que ver com o fracasso anterior, mas, para nós, estamos diante de uma tentativa de farsa, cuja missão é fugir do debate, do resultado de governo e de um programa alternativo. Na verdade eles, o PSDB e o José Serra, têm esse programa, mas não têm como apresentar uma alternativa melhor para o Brasil e o povo, concretizada pelo governo Lula nas condições atuais do Brasil e do mundo. O PSDB defende a economia de mercado simplesmente excluindo os trabalhadores, e defende as privatizações. Por isso eles não têm a coragem para um debate claro, franco e transparente.

Como bem afirmou a nossa pré-candidata, Ministra Dilma Rousseff, o verdadeiro programa oposicionista não pode vir à tona porque é um programa anti-Lula, um anteprojeto contrário ao caminho seguido pelo governo Lula. A Ministra Dilma Rousseff, hoje pré-candidata à Presidência da República, é quem melhor representa e expressa o projeto Lula. Ela esteve no centro do governo, foi a protagonista em sua aplicação e contou com a contribuição de muitos.

Por essas razões, o PCdoB, com muita clareza, entende que é o momento oportuno de se aprofundarem as mudanças que o Brasil viveu nos últimos tempos e se fazer com que o Brasil continue no caminho do progresso, do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social. Nessa perspectiva, entendemos que o melhor caminho para o Brasil é uma ampla aliança no campo democrático popular, a fim de dar prosseguimento ao projeto de governo desempenhado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual tem, como candidata dessas forças que compõem o governo, a Ministra Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, quero também dizer que nos tem chamado a atenção a situação de Minas Gerais, especialmente a forma como às vezes a imprensa procura fazer a cobertura do desenrolar desse quadro político em Minas Gerais.

Nós, do PCdoB, tratamos isso com muita clareza e tranquilidade, porque nunca tivemos situação tão favorável em Minas Gerais, com nomes de expressão em nosso campo, no campo do Presidente Lula, pessoas com alta capacidade, que têm alta representatividade. Nós, do PCdoB, acreditamos que, esgotadas todas as fases do debate, da conversa, do diálogo, o campo que representa o Presidente Lula em Minas Gerais caminhará unido, em palanque único. No entanto é mais que natural que os partidos políticos tenham seus calendários e ritmos próprios.

Devemos respeitar esses calendários e ritmos. Não adianta ficarmos aqui, e a empresa querer criar confusão na cabeça do povo. O PMDB está fazendo suas movimentações legítimas, tem seu pré-candidato, assim como o PT, que também está fazendo suas movimentações legítimas, por meio da prévia do dia 2 de maio. Cada partido tem seu ritmo próprio. Na hora certa, eles vão dialogar. E haveremos de encontrar o caminho da unidade no campo do governo Lula, um palanque único para a Ministra Dilma Rousseff aqui, em Minas Gerais. Tivemos oportunidade de almoçar ontem com o Senador Hélio Costa, quando também referendamos a posição de que o PCdoB em Minas defende palanque único, que será construído com diálogo, com amplo debate, na hora e no momento certos. Reafirmamos também a necessidade de começarmos a criar coordenação da pré-campanha da Ministra Dilma, por meio da figura do José Alencar, nosso Vice-Presidente, e programa único de governo para construir projeto que mude o Estado e o faça avançar, elegendo Dilma Presidente e fazendo com que nosso lado eleja Governador de Estado que represente o lado democrático popular em Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Saúdo a todas e a todos. Primeiramente, deixo minha solidariedade, mais uma vez, aos servidores administrativos da Polícia Civil. Desejo que realmente se faça justiça: a inclusão dos servidores administrativos da Polícia Civil na Lei Complementar nº 84. Apresentaremos aqui grande número de emendas. Isso é uma novela, e os servidores sabem realmente das dificuldades por que estão passando. Há servidores que trabalham há mais de 20 anos no Estado e estão em situação muito parecida com a dos servidores da educação, os professores, recebendo menos de um salário mínimo como piso, como salário-base. Isso é realmente grande injustiça com os servidores administrativos da Polícia Civil, e fica aqui nossa solidariedade. Encaminhamos à nossa assessoria grande número de emendas que apresentaremos ao Projeto de Lei Complementar nº 84 e esperamos contar com o apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa.

Deixo também nossa solidariedade aos servidores públicos do Estado, de forma muito especial aos nossos professores, que estão mobilizados, em greve por melhores condições de trabalho, por maiores salários. Lutam para que o governo do Estado cumpra a lei federal que estabelece o piso nacional para os servidores da educação. Trata-se de lei federal, infelizmente não cumprida pelo Estado. É grande injustiça, pois, na hora de cobrar e exigir, o Estado é muito bom. Quando o cidadão não paga as contas de água e luz, o Estado vai lá e corta o fornecimento. Se o cidadão não paga IPVA, tem seu carro apreendido e são cobrados juros, multa e correção. Nesse caso o Estado realmente é muito forte, firme e implacável. Entretanto, na hora de garantir o direito do trabalhador, é covarde e não cumpre a legislação. Se existe lei federal que estabelece que janeiro deste ano seria o prazo limite para que todos os Estados da Federação implementassem o piso nacional, isso deveria ser cumprido. Infelizmente Minas Gerais não respeita seus servidores. É injusto, e fica aqui nossa solidariedade a todos os servidores da educação de Minas. Parabenizo-os pela mobilização em todos os cantos do Estado, seja no Sul de Minas, no Triângulo - o José Gomes está lá, mobilizado em Montes Claros -, na região metropolitana ou em Belo Horizonte, na Zona da Mata, na região Centro-Oeste, no Noroeste.

Os servidores estão realmente muito mobilizados e conscientizando a população, os estudantes e os pais. Basta mostrarem o contracheque, que é a prova de que recebem salário de fome, menor que o salário mínimo. Isso é covardia, não existe justificativa. O Orçamento do Estado deste ano ultrapassará R\$40.000.000.000,00. Em 2003, correspondia a R\$17.000.000.000,00, o que significa que triplicou nesse período. Infelizmente, o salário dos professores e das merendeiras não teve essa mesma progressão. É grande injustiça com os servidores pagar esse salário de fome.

A mobilização é realmente legítima. Tivemos possibilidade de acompanhá-la em vários cantos do Estado e hipotecamos nosso total apoio e solidariedade a todos os servidores públicos. Conclamamos os estudantes, os pais e a sociedade a se engajarem nessa luta. Só transformaremos este país de verdade quando melhorarmos a qualidade da educação, quando valorizarmos os servidores. É impossível professor com curso superior, formação e qualificação sobreviver com salário-base menor que o mínimo. Isso é ilógico e só acontece no nosso Estado. Infelizmente, Minas Gerais é um dos Estados em que os servidores têm uma das menores remunerações da Federação. A situação mais difícil é a dos servidores públicos mineiros. E há dilema, contradição. Aqui os servidores pagam mais impostos, as contas de água e de luz são as mais caras, assim como o IPVA. Além disso, o ICMS sobre o álcool é de 25%, enquanto em São Paulo é de 12% e em Goiás é de 15%. Aqui é tudo mais caro. Infelizmente, se os salários dos servidores seguissem essa mesma projeção, seriam maiores, porque a arrecadação é maior. Mas ocorre exatamente o contrário: o salário é muito pequeno e injusto.

Esta é a primeira vez que há mobilização em massa das serviçais, das merendeiras, das Auxiliares de Serviços Gerais, que tratam com tanto carinho os alunos, zelam pelas escolas e recebem salário de fome. As serviçais realmente entraram na luta com os servidores. Estão chegando a nosso gabinete denúncias e mais denúncias sobre ameaças que estão sofrendo quanto a corte no pagamento. Os servidores recebem mixaria. Como ainda poderá haver corte? Estão se manifestando contra decisão da Secretaria de Educação, que encaminhou ofício às Superintendências Regionais de Ensino, mas estão sendo chantageados, pressionados e sofrendo ameaça de corte no pagamento nos dias da greve. Os professores lutam pelo piso salarial; a greve é direito previsto na Constituição. Lamento, repudio essa decisão da Secretaria, pois é verdadeiro absurdo, é ameaça contra os servidores. Todos sabemos que o momento não é fácil. Os professores nunca se negaram a fazer reposição dos dias parados e sempre dialogaram com a comunidade escolar.

Em Minas Gerais, o vencimento inicial da carreira, para efeito de piso nacional, é de R\$369,89, valor bem abaixo do salário mínimo. Se alguém disser que isso aqui não é vergonha, não tem lógica. Queria encontrar uma pessoa que concorde com essa situação que os servidores estão vivendo. Não tem justificativa. Dizer que não tem dinheiro! Como não tem? Só com o Centro Administrativo foram gastos mais de R\$2.000.000.000,00. É dinheiro que não acaba mais e que daria para garantir a valorização e a dignidade dos servidores. Não adianta o governo dizer que paga o piso nacional. O que está fazendo? Em Minas, disse que estabeleceu um piso remuneratório. Isso é mentira. O valor inicial do piso nacional da educação é de R\$1.312,00, observado um terço da jornada definida do edital do concurso público para as horas de atividade dos professores. Então, em Minas, o governo não paga o piso nacional. É realmente com muita tristeza que venho à tribuna para falar sobre essa situação. Infelizmente somos obrigados a vir, mais uma vez, mostrar a realidade para a população do Estado. Queríamos que fosse diferente. Não adianta; não nos calarão. A mobilização está muito forte. Nunca vi um movimento, nos últimos anos, tão forte como esse. O movimento dos servidores realmente está fortíssimo, pois estão conscientes, já chegaram ao fundo do poço e não aguentam mais. Não tem como um professor, um servidor, sobreviver com uma remuneração abaixo do salário mínimo. Os servidores estão querendo que a lei seja cumprida. É só implementar o piso nacional do magistério de R\$1.312,00, de vencimento básico, e não o que fez o governo, com um teto remuneratório que desconta gratificações, GTI, vantagens, etc. Em alguns casos, os servidores acabam ganhando menos. Portanto não querem penduricalho, mas dignidade, e que a lei seja cumprida.

Outra vergonha é a situação do Ipsemg. No jornal "O Tempo" de hoje está escrito: "Ipsemg trata meningite com descaso. Criança de 4 anos é vítima da doença e ficou 17 horas à espera de atendimento. Não havia médico nem especialista no hospital". Está aqui essa grande matéria veiculada pelo jornal. Os servidores pagam - e caro - pelo Ipsemg, mas não têm direito ao atendimento médico. Na verdade, tudo é descontado na folha do servidor, e não há médico credenciado nem especialistas. O servidor, às vezes, sai do interior e vem para a Capital, mas não consegue ser atendido, enquanto paga passagem e hospedagem caríssimas. Essa é a triste situação do funcionalismo. Além de receber um salário que é uma miséria, ele paga o Ipsemg do seu bolso, mas infelizmente não consegue obter um atendimento que lhe é de direito.

Portanto fica aqui, mais uma vez, toda a nossa solidariedade aos servidores da educação. Apresentamos várias emendas, mas infelizmente a que apresentei foi rejeitada. Aliás, quais foram as emendas que apresentamos? Apresentei emenda para assegurar a implementação do valor atualizado do piso salarial, profissional e nacional da educação, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.738, de 16/7/2008. Foi aprovada? Infelizmente foi rejeitada. Apresentei emenda para uma jornada de 24 horas semanais. Foi aprovada? Não, rejeitada. Apresentei emenda em que o piso também deve ser extensivo aos servidores aposentados e pensionistas dos profissionais do magistério público e da educação básica. Foi aprovada? Não, rejeitada. O valor do vencimento básico não abrangerá as vantagens e os benefícios que deverão incidir sobre eles. Essa emenda que apresentei foi reprovada. Apresentei emenda na qual o reajuste dos servidores deveria ser retroativo a janeiro de 2010 - aliás, a implementação do piso também. E as duas foram reprovadas. Isso é lamentável. Aliás, o papel do parlamentar é criar leis. Estudamos,

analisamos o projeto, discutimos com a categoria, que é o que o governo deveria fazer, mas não o faz, e apresentamos as modificações. No entanto, quando expomos alternativas para garantir a valorização e melhorar o projeto, infelizmente todas são reprovadas.

Mais uma vez, farei mais uma tentativa para sensibilizar o governo. Os servidores querem negociar, querem resolver o problema, querem que a lei seja cumprida. Esperamos que o governo realmente tenha sensibilidade e resolva esse problema. Aos estudantes, aos pais, aos professores, a ninguém interessa essa situação. O governo precisa resolver e cumprir a promessa feita aos servidores na campanha da reeleição do ano passado. Ele prometeu que os servidores de Minas seriam dos servidores mais bem-remunerados de todos os Estados da Federação. Mas não cumpriu o que prometeu aos servidores administrativos da Polícia Civil, aos servidores da educação e da segurança pública, aos policiais civis e militares e aos Agentes Penitenciários. Até cumprimento do Denilson Martins, Vice-Presidente do Sindpol, aqui presente nas galerias e que tão bem representa a categoria dos servidores da segurança pública. O governo também garantiu que os servidores da segurança estariam entre os servidores mais bem-remunerados de todos os Estados do País, mas infelizmente isso não passou de promessa e de blá-blá-blá. Deixamos aqui nossa solidariedade a todos os servidores. Mostro aqui e digo que realmente fico muito feliz - estou com o jornal "Hoje em Dia" em mãos - porque a imprensa mineira e até a nacional estão pegando no nosso gabinete e reproduzindo os dados em relação aos valores, aos abusos cometidos pelas empresas de telefonia e de internet. Está aqui, é capa do jornal "Hoje em Dia": "Mineiro paga 10 vezes mais para ter internet". É verdade, 10 vezes mais. No Japão, 61MB custam 50 centavos; no Brasil, apenas 1MB chega a R\$100,00. Parabeno os jornais "O Tempo", que trouxe a matéria, e o "Hoje em Dia". É justamente o que estamos falando há muito tempo: a banda larga no Brasil é cara e lenta. O gasto médio com serviço representa 4,8 da renda mensal "per capita": é essa a situação no nosso país, aqui é tudo mais caro. Em Minas Gerais, é mais caro ainda: a internet, a luz, a água, o IPVA, o ICMS do álcool aqui são mais caros. Entretanto o salário dos servidores é um dos menores de todos os Estados da Federação. É verdadeiro salário de fome, verdadeiro absurdo. Deixo aqui nosso protesto, nossa indignação e nossa solidariedade para com os servidores públicos do nosso Estado, de forma muito especial para com os servidores administrativos da Polícia Civil e também os professores e nossas serviçais. Esperamos que o governo dê sinalização para que a greve termine e os servidores tenham garantida sua valorização e a implementação do piso nacional, que é lei. E a lei deve ser respeitada, cumprida.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir* - Sr. Presidente; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; público que nos acompanha nas galerias da Assembleia; telespectadores do interior, que nos assistem pela nossa querida TV Assembleia; nosso cordial boa-tarde. Sr. Presidente, estou aqui, neste momento, para comunicar a todo o Estado, especialmente a esta Casa, que, na última quinta-feira, ao lado do Deputado Durval Ângelo, participamos de audiência pública no Município de Minduri. Lá fomos chamados porque a relação entre o Executivo e o Legislativo encontra-se totalmente deteriorada. Sabemos que há um preceito constitucional que diz que os Poderes são independentes, mas também harmônicos. Devem os Poderes buscar alternativas, cada qual com sua missão, para trabalhar pelo crescimento daquela comunidade, daquela sociedade, daquela população que representa.

Em Minduri, a Câmara Municipal recebeu um projeto do Executivo, mas, não tendo o amparo legal, a despesa solicitada pelo Executivo não foi contemplada de todo no Orçamento, então o Prefeito resolveu agir de forma direta para pressionar o Legislativo, incitando a população a fazer manifestações dentro daquela Casa de leis. Sabemos que no interior, quanto mais longínquo, mais difícil o acesso da imprensa, acontecem muitas coisas parecidas com essa. Porém, na nossa Minas Gerais, especialmente no Sul de Minas, a nossa região, eu acreditava que isso não existisse. A população participava de uma reunião da Câmara Municipal, quando o assessor jurídico do Prefeito foi até a mesa do Vereador que estava no pleno exercício do seu cargo, durante a sessão legislativa, e segurou o seu microfone como se quisesse arrancá-lo e partir para a agressão em plena sessão. Não conseguindo seu intento, pegou uma garrafa de água mineral que estava sobre a mesa e jogou-a no rosto do Vereador. Isso aconteceu.

Na quinta-feira, estivemos em Minduri, lá do Deputado Durval Ângelo, conforme disse, e fomos conhecer de perto a situação, ouvimos o relato de Vereadores. Um policial presente também foi ouvido e disse que a Vereadora Sandra Mara, cujo marido é aposentado da Polícia Militar, recebeu o seguinte recado desse assessor jurídico: "Peça ao seu marido para não andar em qualquer rua e em qualquer hora, porque amanhã ele poderá amanhecer com a boca cheia de formigas". Minas Gerais, Minduri, Sul de Minas. Isso é a expressão da verdade.

O Deputado Durval Ângelo, com sua capacidade e experiência, com seu trabalho consagrado nos direitos humanos, estava ao nosso lado, e nós deixamos bem claro para a população minduriense que tais fatos não têm amparo moral nem jurídico. Na Câmara Municipal, no seu recinto e em seu horário de funcionamento, o Vereador, de acordo com a Constituição, é livre para expressar suas opiniões, palavras e votos, como também para se expressar e exercer sua missão. Mas isso não está acontecendo em Minduri. E boa parcela da população, incitada pelo Prefeito Municipal, tem dificultado os trabalhos daquela Casa.

Gostaria de me dirigir à população de Minduri dizendo que nossa ida, nosso trabalho, essa audiência pública foi respaldada, principalmente, pelo requerimento de nossa autoria, aprovado na Comissão de Direitos Humanos. Nossa ida a Minduri foi pactuada, porque a Assembleia dispõe do mecanismo das suas Comissões para ir ao interior, onde está o problema, e ouvir a população, seus anseios, discutir com ela os diversos trabalhos que a Assembleia faz nos campos da educação, do transporte, etc.

No dia seguinte ao da nossa saída de Minduri, um dos membros desta Casa esteve em uma inauguração de casas populares lá, quando disse que gostaria de investigar que requerimento é esse que foi aprovado. O parlamentar pode até estar nos vendo agora do seu gabinete. O requerimento foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos. Estou recebendo a fita gravada com a voz do parlamentar, questionando os trabalhos da Comissão. Com o Deputado Durval Ângelo, iremos analisar, ver e ouvir essa fita, e então decidir quais caminhos tomar, se houve ou está havendo comprometimento do nosso trabalho da Comissão de Direitos Humanos, especialmente em Minduri, na aprovação e realização dessa audiência pública.

Minhas considerações a respeito desse assunto se findam neste momento, mas ainda gostaria de saudar nossa querida Campo Belo e todas as cidades da região: Perdões, Cana Verde, Aguaniel, Cristais, Candeias, Camacho, São Francisco de Paula, Oliveira, Santo Antônio do Amparo, Bom Sucesso, Ibituruna, Ribeirão Vermelho, Nepomuceno e Coqueiral. Todos esses Municípios estiveram ontem em Campo Belo, para receber nosso Governador, Prof. Antonio Anastasia. Lá presenciamos a assinatura de convênios no campo das eletrificações, que levam benefícios aos produtores rurais - lembrando que nossa região é grande produtora de café - e às entidades, com o fantástico programa Energia do Bem, que consiste na substituição de equipamentos elétricos, como geladeiras e lâmpadas, para que economizem energia e gastem menos. Essa é uma ação muito bonita do governo, por meio da nossa Cemig, que tem um trabalho social relevante em todo o Estado.

Na ocasião, o Governador Anastasia anunciou para os Prefeitos a celebração de convênios que contemplavam diversas Prefeituras. Para Campo Belo, anunciou-se a verba de R\$3.000.000,00, que será utilizada para canalização do Ribeirão São João, que compreende o percurso da Rua Políceno Maia até a Rua Jeferson Tagliaferri, obra lá muito esperada por nossa população, que poderá tornar-se realidade em 2010. Então comemoremos com essa gente esse avanço também nessa área, quando o governo do Estado volta seus olhos para o interior, ouve seus clamores e necessidades, discute e age no momento certo.

Quero lembrar uma frase dita ontem pelo Governador Anastasia, que qualifico como pessoa preparada e capacitada. Boa parcela dos avanços e do crescimento de Minas Gerais se deve ao seu trabalho e preparo. Foi ele que deu ao Governador Aécio Neves o suporte no momento certo para a transformação de Minas Gerais, Estado que vinha de um momento de recessão e que não conseguia quitar suas dívidas dentro do próprio mês. Na comparação entre o que o Estado produzia e o que tinha de pagar - sua receita e sua despesa -, a despesa era maior. O Estado acumulava déficit em cima de déficit. Hoje nos orgulhamos porque até mesmo o 13º salário é pago entre os dias 15 e 20 de dezembro

de cada ano. Orgulhamo-nos também de muitas obras que estão sendo feitas em todo o Estado. Então, reportando-me a todo o público de Minas Gerais que nos assiste pela TV Assembleia, relembro o que disse o Governador: "No governo, tudo tem sua hora, tudo tem sua vez". Não se pode premiar aqueles políticos que semeiam falsas esperanças, que acham que o governo tudo pode. Deveria ser construído um Estado ou uma Prefeitura para que estes políticos que acham que tudo podem administrassem, a fim de ver o que fariam na hora em que se pede algo, sem saber onde buscar a receita para quitar as despesas. Sou a favor de Estado equilibrado.

Nosso trabalho à frente da Prefeitura de Campo Belo, quando assumi o comando, deu-me experiência para estar nesta Casa e, quem sabe, ajudar companheiros que, fazendo parte tão somente do Legislativo, tudo prometem e acham que tudo se pode fazer, sem, contudo, saber de onde vem a receita. A receita do Município vem quase toda repartida entre as obrigações do Prefeito: 25%, no mínimo, para a educação; até 52% para a remuneração dos funcionários públicos; até 6%, 7% ou 8% para a Câmara Municipal; perto de 20% para a saúde. Assim o Prefeito passa a ser simples boneco que, quando chega a receita, repassa os quinhões da saúde e da educação para os respectivos Secretários, que os gastam. Quando o Prefeito busca uma obra que beneficia a comunidade, percebe que o seu caixa não tem condições de realizá-la. Aqueles falsos políticos, que talvez desconheçam o funcionamento de uma máquina, acreditam que, para se vencer uma eleição, é preciso somente prometer tudo. Ao discursarem em palanques dizem: aumentarei salários. Entretanto não sabem que já trabalhamos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não nos permite aumentar salários a nosso bel-prazer. Somos regidos por uma lei - a Lei de Responsabilidade Fiscal -, contra a qual se posicionou o Partido dos Trabalhadores.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, quero parabenizá-lo por fazer um grande trabalho aqui neste Legislativo e principalmente pelo empenho prestado na luta por uma canalização para a sua cidade de Campo Belo. Sou testemunha viva de inúmeras conversas e trabalhos realizados por você, já que sou seu amigo desde o tempo em que foi Prefeito em Campo Belo. De lá para cá, temos estreitado os nossos laços de amizade. Fico muito satisfeito com o fato de você representar Campo Belo e região e de ter conseguido convencer o nosso Governador Anastasia, mesmo com toda a crise vivenciada pelo Estado, a conceder a verba de R\$3.000.000,00 ou mais para a canalização daquele córrego. Trata-se de uma obra importante para a população de Campo Belo, que fez bem em votar em você e mandá-lo para cá, pois assim terá um representante à altura para lutar não apenas por essa verba mas por várias outras. Vale ressaltar que, em certa ocasião, o ex-Governador Aécio o recebeu em audiência e, junto à Secretaria de Estado de Saúde, enviou verbas importantes para manter e melhorar a saúde em Campo Belo, apesar da má qualidade da remuneração da tabela do SUS. O governo federal insiste em perseguir o povo brasileiro não oferecendo um serviço de saúde adequado. Parabéns. Obrigado.

O Deputado Duarte Bechir* - Obrigado, Deputado Arlen Santiago. Gostaria de agradecer-lhe o aparte, que enriqueceu a nossa fala. Ao mesmo tempo, quero dizer-lhe que V. Exa. traz a esta Casa uma experiência administrativa, já que também foi Prefeito. Nos debates realizados aqui, sua opinião sempre é ouvida de forma atenta, considerando-se a experiência legislativa e executiva, visto que foi Prefeito de Coração de Jesus.

Ao encaminhar a nossa fala, gostaria de dizer que o povo de Minas Gerais tem tido oportunidade de analisar a política na sua essência principal, ou seja, aquela voltada para as realizações. Muitas vezes, as falas objetivam tão somente modificar a opinião e a verdade, porém essas mesmas falas não têm alcançado êxito. Ontem, por exemplo, vimos os jornais de todo o País estamparem a manchete em que o nosso Ministro da Saúde, em uma fala extemporânea, - e fazendo uma rima com o seu nome, Temporão - receitou a atividade sexual como medicamento para diminuir o estresse. A família mineira - falo por Minas Gerais, mas também como conhecedor de boa parte do nosso Brasil -, considerando-se a forma com que foi e continua sendo criada, merece um respeito maior por parte do governo federal. Se o Ministro fala em nome do Presidente, este não pode dizer que não sabia ou que não ouviu o que aquele falou. O que tem acontecido nos quatro cantos do Brasil é patrocinado - e muito - por leis que vêm de cima. Por exemplo, atualmente é permitido que qualquer pessoa entre, invada uma terra, sem que se consiga retirá-la de lá, porque hoje a lei a protege. Ela tem o direito de permanecer lá até que se discuta a melhor saída. Esse cidadão é simplesmente um invasor. Minas Gerais não aceita isso. Minas Gerais é diferente. Não somos melhores que os demais Estados, mas nosso povo é motivo de orgulho em todos os quatro cantos do Brasil. Tenho muito orgulho de ter nascido neste Estado e rezarei, torcerei e trabalharei para que seja preservado o que temos de mais sagrado: a nossa tradição de família, de filhos de um Estado que cresce e que deu ao Brasil o exemplo de Tiradentes. Quarta-feira passada, comemoramos o dia de Tiradentes, o dia da liberdade.

Sr. Presidente, essa é minha fala nesta tarde. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, todos que nos acompanham nesta Casa do povo mineiro e os que nos assistem pela TV Assembleia, inicialmente me solidarizo, um minha voz à do Deputado Arlen Santiago, que fez pronunciamento brilhante. Ainda que em questão de ordem, ele discorreu aqui sobre vários assuntos, porém me limitarei a refletir, ainda que rapidamente, sobre um deles: a questão previdenciária, até para falar um pouco de coerência, pois se fala tanto de várias coisas, de vários valores, mas digo isso para todas as nossas atitudes, em toda a nossa vida: coerência. O governo do PT, que aí está dirigindo o Brasil, por inúmeras vezes disse que o governo anterior perseguia os aposentados. Não é novidade alguma que tenha sido um dos instrumentos muito usados em campanha para dizer que agora teríamos uma era de valorização, de respeito ao aposentado. Aí está, completando praticamente oito anos, o famigerado fator previdenciário, que corrói o direito. E não é favor algum. No Brasil, ainda se cultivam alguns conceitos equivocados, como se uma pessoa, depois de trabalhar por toda a sua vida pagando a previdência, ao se aposentar, estivesse recebendo algum favor do governo. Na verdade, é direito, direito que é usurpado, roubado mesmo. O Deputado Arlen Santiago usou vários sinônimos, mas o que se faz com o aposentado é roubar seus direitos. Isso porque ele se aposenta com valor que não é fortuna alguma, como três, quatro salários mínimos, ou que sejam R\$2.000,00. Depois de trabalhar por grande parte da sua vida, 35 anos, obviamente se aposenta com idade mais avançada, em momento em que precisa de ter o mínimo de tranquilidade para manter sua vida, pois está sujeito a ter mais doenças, a precisar de socorro médico, o que não é barato - o Deputado acabou de falar sobre o caos em que se encontra a saúde -, e o governo federal vai corroendo este valor, que vai diminuindo.

Aliás, acabou de sair do meu gabinete, motivo pelo qual até me demorei um pouco para vir ao Plenário, um cidadão pedindo socorro. Há mais de cinco anos, ele entrou com pedido de revisão da sua aposentadoria, pois viu que seu salário estava caindo, e ganha hoje um salário mínimo. Quer dizer, trata-se de cidadão que trabalhou a vida inteira, está com mais de 65 anos e ganha um salário mínimo. À época em que se aposentou, ganhava aproximadamente quatro salários mínimos, mas hoje ganha um salário mínimo. Sabem o que aconteceu com o processo, que se encontra na Justiça Federal? Arquivaram-no. Nem o julgaram; arquivaram-no. E o governo federal finge que não é com ele.

O Deputado lembrou que a Câmara dos Deputados deverá colocar projeto em pauta hoje - isso se não o tirar de novo, porque virou rotina na Câmara esperar que votem algo, como o projeto Ficha Limpa, com assinaturas de quase dois milhões de brasileiros e que precisa ser votado para que se separe o joio do trigo, ou seja, deveria ser votado e foi para a gaveta. Encontra-se lá projeto para corrigir a aposentadoria. Alguém poderia imaginar que se trata de correção, reajuste de 30%, 40%, mas não. Trata-se de um reajuste de pouco mais de 6%. Há uma emenda para que seja um pouquinho mais de 7%. São 7%, Deputado! Realmente, Deputado Duarte, é algo que nos deixa muito tristes. Votamos recentemente aqui, e tentamos conseguir mais, um reajuste de 10% para os servidores da educação, 15% para os da segurança pública, que tinham uma defasagem maior, e alguns servidores da área técnica da educação tiveram um reajuste um pouco maior, pois estavam há mais tempo sem revisão. Nós mesmos reconhecemos que é muito pouco. Votamos 10%, e eles estão, aliás, em greve. Agora os aposentados estão lutando para ver se o governo concorda em rever os 7%, e o Presidente Lula mandou avisar que, se votarem 7% de aumento para os aposentados, ele vetará. Isso é uma atualização do que a inflação comeu, e comeu muito mais que isso. Então ele diz que, se votarem esse percentual, ele vetará, pois não concorda, diz que não pode corrigir, não pode atualizar. Volto ao que eu já disse: é preciso ter coerência. É muito fácil criticar os outros governos, dizendo que o governo do PSDB

não pensa nos pobres, que só protege os bancos e as montadoras. Para usar a expressão que o Presidente adora, nunca na história deste país, e realmente nunca mesmo, nunca na história do Brasil, nem no governo Fernando Henrique, os bancos ganharam tanto dinheiro. Nunca, nunca, nunca! Agora ganham fortunas e fortunas. O Deputado Arlen Santiago disse que só as montadoras tiveram um benefício fiscal de mais de R\$4.000.000.000,00 em pouco tempo, enquanto vemos faltar dinheiro para a saúde, para dar um pagamento digno ao aposentado.

É claro que nós, em hora nenhuma, dissemos que o País está piorando todos os dias. Mas também é duro ver que alguns acreditam que, porque está melhorando um pouco, isso é graças a alguém que nega um reajuste aos aposentados, é graças a alguém que mantém essa política financeira alta, beneficiando os bancos. Não, o Brasil é construído por todos os brasileiros, por cada operário, por cada funcionário público, por cada cidadão. Não vamos ser equivocados e vir com esse raciocínio simplista, demagogo, de que o Brasil está uma maravilha, de que foi descoberto em 2003, quando o PT chegou ao poder. Antes, segundo eles, não existia nada, era um desastre. Eles inventaram o Brasil; aliás, acabaram com a corrupção, não houve sanguessuga, não houve mensalão, não houve nada disso. Tudo isso é uma ilusão da mídia.

Na verdade, é preciso acabar com essa demagogia e ter mais coerência. Sabemos que há uma facilidade muito grande de iludir as pessoas. Saem com uma propaganda enganosa, como se tudo estivesse uma maravilha. Só não contam nem põem nessa propaganda a situação dos aposentados. Queira Deus que votem pelo menos 7%. Isso parece conta de mentiroso. Fazem um barulho desse, e o Presidente dizendo que vai vetar, que é muito, que não pode corrigir o salário dos aposentados em 7%.

Quero falar de algo que para mim é sagrado: prestar contas no dia a dia. Estive em Passos, no final da semana passada, e fui fazer algo que já fiz recentemente em Divinópolis, na sede do PSDB, e que faço diariamente no "site". Aproveito, aliás, para informar o endereço aos mineiros: www.deputadodomingossavio.com.br. Hoje esse tipo de instrumento não é nenhum luxo. Felizmente estamos com uma estrutura de telefonia, de internet, chegando a todos os cantos do Brasil. Não é, obviamente, nenhuma invenção do governo que está aí. A internet vai pelo instrumento da telefonia a todos os cantos do Brasil. Isso foi um avanço que começou lá atrás, no governo Fernando Henrique, com todo um processo de modernização dessa área. O certo é que hoje, felizmente, temos um avanço. Essas são ferramentas de democracia, de transparência. Digo isso porque tive a felicidade de estar em Passos, reunido com mais de 400 pessoas, prestando contas, informando cada atitude minha, enfim, prestando contas de quanto ganha um Deputado, com o que ele gasta, como funciona uma vida parlamentar. Faço tudo isso de maneira transparente, como está no meu "site", como está no "site" da Assembleia, em que é colocada de maneira clara a situação de cada parlamentar, informando também o que fazemos no dia a dia. Isso é para ninguém dizer que a única coisa que o Deputado faz é ir nas reuniões do Plenário. Para tentar desmoralizar a Assembleia, é perigoso que digam isso, sim.

Por exemplo, não param para pensar que pelo menos eu trabalho em mais de 100 cidades mineiras. Tenho percorrido, em média, cerca de 5.000km por mês. Centenas e centenas de Prefeitos, Vereadores, líderes comunitários e cidadãos - como esse que veio aqui - vieram me pedir socorro hoje para ver o que pode ser feito para recorrerem no seu processo de aposentadoria. Essa é a vida de um representante do povo. Não digo isso para reclamar. Pelo contrário, entrei na vida pública há quase 30 anos e, de uma forma mais precisa, na militância partidária, coordenando a campanha do Governador Aécio Neves na sua primeira disputa para Deputado Federal em 1986, época em que tive o privilégio de conhecer esse grande estadista e estar a seu lado, sempre com lealdade, trabalho e seriedade. Ou seja, foram 25 anos a seu lado, obviamente sempre cumprindo aquilo que é obrigação de homem público. Hoje, mais do que nunca, é preciso prestarmos contas e deixarmos claro que, em 25 anos, não há nenhum processo contra ele. Sua ficha é limpa. Realmente ele tem uma história de vida dedicada a servir a comunidade.

Sr. Presidente, para mim, estar em Passos foi um momento de grande emoção, pois lá comecei a trabalhar recentemente ao lado do Dr. José Orlando, um médico humanista, uma figura querida na cidade. A partir dessa parceria, tivemos a oportunidade de ajudar o Hospital do Câncer e várias escolas estaduais da cidade, bem como pudemos ser parceiros de instituições filantrópicas. Lá pudemos mostrar um pouco do que é a vida do parlamentar e, naturalmente, conviver com o dia a dia da cidade. Por exemplo, visitei as cidades vizinhas de Cássia e Itaú de Minas. Estive na associação comercial discutindo a importância de se atraírem investimentos para a cidade, onde há uma grande indústria de cimento; todavia necessita de mais investimentos, já que a cara da cidade é a indústria, apesar de estar numa região com atividade agrícola muito forte. As outras cidades são mais voltadas para atividades agrícolas, especialmente para o café e para o gado. Por exemplo, Cássia, que é uma cidade maravilhosa e com uma produção agrícola exemplar para o Brasil, sofre com a falta de uma política agrícola mais adequada e mais justa. As questões ambientais estão sendo tratadas de forma equivocada, há até perseguição ao homem do campo.

Deputado Inácio Franco, registro ainda que, no final de semana, precisamente na quinta-feira à noite, na sexta-feira e no sábado, estive em Passos, em Cássia, em Itaú de Minas, em São Roque de Minas, em Várzea Bonita e em Doresópolis. Às 10 horas da noite de sábado, estive em Moema e Piumhi, onde participei de reunião e passei a noite. Ao todo, estive em oito cidades, todas com suas atividades produtivas. Muitas vezes, não dá tempo de parar nem para almoçar. Chegamos ao hotel para dormir à meia-noite. Essa é a nossa rotina. Já estou com uma programação para ir a Itapeceira, Oliveira, Divinópolis neste próximo final de semana. Essa é a nossa rotina. Provavelmente a rotina de quem está trabalhando e produzindo não dará manchete de jornal, não é mesmo Deputado Inácio Franco? No entanto, tenho aqui uma informação que merece ser uma das manchetes mais bonitas do Brasil. Estamos vendo aí a luta de quem quer ser produtor de leite, muitas vezes sem conseguir justa remuneração. Tive a alegria de ser autor do projeto de lei que deu a isenção de ICMS ao produtor de leite e o crédito presumido às cooperativas, aos laticínios, enfim, a todos os produtores. Isso está melhorando a indústria de laticínio. Acabei de receber um telefonema do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais - Silemg -, segundo o qual uma indústria de laticínios do Estado do Rio de Janeiro quer se instalar aqui, pois estão vendo que, depois dessa lei nossa, mandar o leite cru para ser industrializado lá, gerará crédito para a indústria, se ela estiver em Minas. Ou seja, compra-se o leite do produtor, e ele não paga imposto, mas se a indústria estiver em Minas, ela terá um crédito presumido. Isso está melhorando a atividade da indústria de laticínios das cooperativas.

Lembrei-me do leite para dizer que tive a alegria, atendendo a convite de colega meu, que se formou comigo em Medicina Veterinária, nos idos de 1983, grande amigo Maurício Coelho, de participar do IX Leilão Girolando da Fazenda Santa Luzia, do Grupo Cabo Verde, do Sr. José Coelho ou José do Cabo Verde, que é figura queridíssima, homem de pulso, competência, sensibilidade e humanismo exemplar. No Sudoeste mineiro, não há quem não conheça ou admire profundamente o Sr. José Coelho. É homem que criou toda a sua família trabalhando no agronegócio, Deputado Inácio Franco, e hoje cada um tem bela estrutura, trabalhando com muita competência. Para se ter ideia, nesse IX Leilão do qual participamos, uma das vacas girolanda, que é raça genuinamente brasileira, isto é, raça produzida no Brasil, raça leiteira com aptidão também para produção de carne, que é fruto do cruzamento da raça gir com a raça holandesa, feito de forma controlada, foi vendida por R\$80.000,00. Agora, recentemente, na exposição de Passos, vi vaca girolanda, Deputado Inácio Franco, produzir, em um dia, mais de 75 litros de leite. Eu estava lá e vi, e isso não aconteceu só em um dia, mas em vários. A média de produção dessa vaca foi de 75 litros de leite. Uma competência que orgulha a atividade dos produtores rurais.

Estavam ali, fazendo esse leilão maravilhoso, preocupados com o próximo. Os R\$10,00 que cada um pagava na entrada da exposição eram para a creche, ou seja, esse dinheiro era arrecadado pelos dirigentes da creche. Aliás, tive oportunidade de adquirir 10 bônus, de R\$250,00 cada um, em benefício do Hospital do Câncer de Passos. Esse bônus é maneira simbólica de se contribuir com o Hospital do Câncer. Cada um contribuiu com pôde. Adquirir 10 bônus, mas outro colega pode adquirir 1 ou 20, caso tenha mais condição que eu. Com isso o Hospital do Câncer fez uma coleta que me parece ter dado alguns milhares de reais para fortalecer essa instituição que nasceu da solidariedade do povo de Passos e região. Naturalmente, com esse espírito e a exemplo do que fizemos no passado, colocando um pouco de recursos, neste ano assumi o compromisso de colocar mais R\$50.000,00 de emenda parlamentar, porque é causa muito justa para toda a região.

Encerrarei dizendo que, às vezes, em viagens como essa, alguém pode imaginar que o Deputado esteja fazendo campanha ou passeando. Digo isso porque, na vida pública, é muito comum as pessoas nivelarem por baixo. Se há problema com um político, o importante é apurar o problema, e não insistir em nivelar por baixo. Gostaria de relatar a visita que fiz a São Roque de Minas. Era de tarde, quase noite de sábado quando, terminando encontro no sindicato rural, mostraram-me obra que está sendo feita em decorrência de pequena emenda parlamentar de

nossa autoria para melhorar o pequeno parque de exposições, isto é, o espaço dos pequenos produtores rurais de queijo da canastra, um ponto de desenvolvimento de sua atividade. Estava escurecendo quando chegou um grupo de professoras dizendo que precisavam da minha ajuda na Escola Estadual General Carneiro, porque infelizmente não haviam conseguido os recursos de que precisavam, em valores suficientes para a reforma da escola. Eu até havia ajudado a encaminhar planilha de custo, nesta Casa, para a reforma da escola. Disseram-me que, quando chegou o dinheiro, a reforma foi iniciada e o susto foi grande porque, a princípio, deveriam ser trocadas apenas algumas telhas quebradas e madeiras, mas não foi o que aconteceu, já que tudo estava podre. Além de podre, a fição também foi comprometida. Sabemos como é reforma. Quando se começa a mexer, o negócio complica. Lá foram elas me mostrar o problema, e saí de lá de noite. Obviamente, hoje estive na Secretaria de Educação, ao lado do Deputado Inácio Franco, para deixar encaminhado com o Prof. Gilberto o pedido da Escola Estadual General Carneiro, de São Roque de Minas.

O que me dá felicidade na vida pública é saber que, ao longo de toda essa história, temos oportunidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas e fazer aqui debate franco, por meio de questionamentos ao governo federal e aos nossos opositores do governo Anastasia, e também nossos próprios questionamentos.

Porém, muito mais que esse debate, é a ação, ir à ponta, às cidades, deslocar-se, estar presente, ouvir e sentir de perto as dificuldades, que faz a diferença. Acredito que isso deve ser considerado quando se vai analisar a vida de um parlamentar.

Será que o parlamentar pode pegar serviço na hora X, largar, ir para casa, e deixar de ser Deputado? Será que o Prefeito entra na Prefeitura, sai às 5 horas da tarde, e deixa de ser Prefeito? Será que o Presidente Lula deixa de ser Presidente por alguns momentos? E o Governador? A vida pública é de tempo integral. Quem faz essa escolha tem de fazê-la como missão de vida. A análise tem de levar isso em conta para que não se cometa injustiça.

Portanto fica aí o meu registro, de que continuarei prestando contas em cada lugar que for. Mais que isso, colocando o nosso "site" - www.Deputadodomingossávio.com.br - aberto a cada cidadão; assim como, no nosso gabinete, estaremos abertos a cada homem da imprensa também. Esse é o nosso dever, não é vantagem nenhuma, mas é importante que seja dito porque, se alguém quer investigar alguma coisa da minha vida, virá-la ao avesso, deseja conhecer a minha história, inclusive patrimonial, não tenho um segredo, nenhuma vírgula dos dias da minha vida parlamentar.

Então é bom que isso fique registrado, para que possamos cuidar de trabalhar para o povo mineiro, não deixando que, algumas vezes, essa ou aquela acusação tire o foco da nossa vida, que tem hoje, com muita clareza, um objetivo: servir à nossa comunidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/4/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando, a partir de 3/5/10, Milton Jose Carneiro dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Cleidiane da Silva Batista Carneiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 3/5/10, Luana Mara Nunes Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/5/10, Ricardo Luiz Nogueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Luciana Maria Franco Assis para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Paula Tamiris Candeia Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas.

Gabinete do Deputado Neider Moreira

exonerando, a partir de 3/5/10, Haydée Santos Gibram do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/5/10, José Rodrigues das Neves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Haydée Santos Gibram para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

nomeando Rosse Andrade Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 3/5/10, Ana Cristina Garcia Santos Ferraz do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência.